

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2016





Presidente:

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Antônio Rosendo Neto Júnior

Henrique Teixeira Moura

José Max Araújo Bezerra

Nicola Moreira Miccione

Perpétuo Socorro Cajazeiras

Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves

Gerente: Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas – CAPP

Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho

Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco

Iracy Soares Ribeiro Maciel

Jacqueline Nogueira Cambota

Jane Mary Gondim de Souza

Luiz Fernando Gonçalves Viana

Magnos Henrique Ferreira Gomes (Bolsista)

Colaboradores:

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Carlos Alberto Pinto Barreto

Eliézer Rodrigues Lobo

João Bosco Ximenes Carmo

Leonardo Dias Lima

Luiza Leene Holanda de Lima

Mário Eduardo Fraga da Silva

Valdir Machado Neto

Zidiê Batista de Medeiros

SUMÁRIO

PERSPECTIVA: ASPECTOS GERAIS	14
1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Desempenho da Economia	15
2. PROGRAMAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS.....	22
2.1 Recursos Previstos para Aplicação	23
2.2 Valores da Reprogramação de Recursos.....	23
2.3 Orçamento por UF.....	25
2.4 Orçamento por Setor/UF	26
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	29
PERSPECTIVA: PNDR – DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS / DIRETRIZES E PRIORIDADES / PROGRAMAÇÃO DOS BANCOS.....	31
4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES	31
4.1 Por tipologia dos municípios e por UF.....	32
4.2 Por áreas prioritárias	34
4.3 Por programa de financiamento e por estado	37
4.4 Por setor assistido e estado	39
4.5 Por finalidade de crédito.....	40
4.6 Por porte do mutuário e estado	41
4.7 Pronaf operacionalizado por estado.....	42
4.8 Demonstrativo das contratações por faixa de valor.....	43
4.9 Ticket médio das contratações.....	45
4.10 Aplicações realizadas por outras instituições financeiras.....	46
4.11 Beneficiários de primeira contratação	51
PERSPECTIVA: SUSTENTABILIDADE - GESTÃO / PNDR / ASPECTOS DA CARTEIRA E ECONÔMICO-FINANCEIROS / BALANÇO PATRIMONIAL DOS FUNDOS / PLANO DE PROVIDÊNCIAS	53
5. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES	53
5.1 Informações Condel / Programação	53
5.2 Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo	55
5.2.1 Diretrizes	55
5.2.2 Prioridades espaciais	56
5.2.3 Prioridades setoriais	58
6. GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR.....	63
6.1 Ações para estimular o financiamento.....	63
6.2 Formação de Alianças Institucionais	63
6.3 Ações para estimular o atendimento no Semiárido	64
6.4 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	68

7.	ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS.....	69
7.1	Estimativa de impactos dos financiamentos do FNE em 2016, considerando a Matriz de Insumo-Produto Regional.....	69
7.1.1	Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto (2016)	69
7.1.2	Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste – Contratações no primeiro semestre de 2016	72
7.1.3	Os efeitos transbordamento do FNE	75
7.2	Contribuições do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o crescimento econômico, geração de emprego e renda.....	76
7.2.1	Introdução	76
7.2.2	Caracterização das contratações no período (2003 a 2014).....	77
7.2.3	Estratégia empírica.....	80
7.2.4	Considerações finais e recomendações.....	90
7.3	Modelo de previsão do desempenho do Banco do Nordeste na aplicação do FNE: período 2010-2016	91
7.4	O Impacto do FNE sobre o crescimento econômico da Região Nordeste: uma análise empírica com dados de painel (resultados preliminares)	93
8.	PERFIL DA CARTEIRA.....	95
8.1	Composição da carteira.....	95
8.2	Índices de inadimplência	97
8.3	Composição da conta de provisão	100
8.4	Renegociação de dívidas	100
a.	Operações renegociadas, com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989	103
b.	Operações Liquidadas/Renegociadas, com Base nas Medidas Legais de Regularização de Dívidas (Resoluções CMN nº 4.314; 4.315; 4.519 e 4.522)	103
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	105
9.1	Balanco patrimonial do Fundo.....	105
9.2	Demonstração do resultado	105
9.3	Demonstração do fluxo de caixa	105
9.4	Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	105
10.	SITUAÇÃO DA DEMANDA DE CRÉDITO	106
10.1	Propostas em carteira por setor e programa	106
10.2	Propostas em carteira por situação	107
10.3	Propostas em carteira por região	108
11.	AUDITORIA INDEPENDENTE CONFORME LEI 7.827/89, ART. 20, §§ 4º E 5º	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral (em %) – 2008.1 a 2016.4	16
Gráfico 2 – PIB: Evolução das taxas de crescimento – Por setores da economia taxa de crescimento trimestral (em %) – 2014.1 a 2016.4	17
Gráfico 3 – PIB: Ótica da demanda – Taxa de crescimento trimestral (em %) – 2014.1 a 2016.4	18
Gráfico 4 – Taxa de Juros – Selic acumulada no mês	19
Gráfico 5 – Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral, Brasil, Bahia, Pernambuco ^(*) e Ceará - 2014.1 a 2016.3.....	20
Gráfico 6 – Distribuição das contratações do FNE por estado entre 2003 e 2014.	78
Gráfico 7 – Representatividade do PIB estadual em relação ao PIB do Nordeste, 2014.....	78
Gráfico 8 – Distribuição das contratações do FNE por tipologia entre 2003 e 2014	78
Gráfico 9 – Distribuição das contratações do FNE por região climática entre 2003 e 2014	79
Gráfico 10 – Distribuição das contratações do FNE por mesorregião da PNDR entre 2003 e 2014	79
Gráfico 11 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014).....	81
Gráfico 12 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014).....	81
Gráfico 13 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014).....	82
Gráfico 14 – Crescimento do salário médio X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014).....	82
Gráfico 15 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)	84
Gráfico 16 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)	85
Gráfico 17 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)	85
Gráfico 18 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)	87
Gráfico 19 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)	87
Gráfico 20 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)	87
Gráfico 21 – Crescimento econômico X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014).....	89

Gráfico 22 – Crescimento do emprego X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014).....	89
Gráfico 23 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014)	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (A).....	58
Quadro 2 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (B).....	59
Quadro 3 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (C)	61
Quadro 4 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (D)	61
Quadro 5 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (E).....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variação média anual do PIB per capita	83
Figura 2 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 em escala municipal.....	83
Figura 3 – Variação média anual da massa salarial.....	84
Figura 4 – Variação média anual do número de empregos.....	84
Figura 5 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual do PIB per capita	86
Figura 6 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003	86
Figura 7 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual da massa salarial.....	86
Figura 8 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual do número de empregos.....	86
Figura 9 – Taxa média do crescimento anual do PIB <i>per capita</i> de 2003 a 2014 em escala mesorregional	88
Figura 10 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 – escala mesorregional	88
Figura 11 – Taxa média do crescimento anual da geração de emprego de 2003 a 2014 em escala mesorregional	88
Figura 12 – Taxa média do crescimento anual da massa salarial de 2003 a 2014 em escala mesorregional	88
Figura 13 – Ajuste e adequação do modelo de previsão.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimentação dos admitidos e desligados por nível geográfico – Brasil, regiões e estados selecionados.	20
Tabela 2 – Projeção de financiamento por programa de crédito	22
Tabela 3 – Recursos previstos por fonte	23
Tabela 4 – Recursos previstos por fonte	24
Tabela 5 – Projeção Reprogramada do financiamento por programa de crédito	24
Tabela 6 – Distribuição orçamentária por UF	25
Tabela 7 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade ^(*) ^(**)	26
Tabela 8 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade ^(*) ^(**)	28
Tabela 9 – FNE - Recursos previstos X realizados por Fonte.....	29
Tabela 10 – FNE – Desempenho operacional e propostas em carteira	32
Tabela 11 – FNE – Contratações por UF e tipologia de município.....	33
Tabela 12 – FNE – Contratações no Semiárido	35
Tabela 13 – FNE – Contratações por mesorregião	36
Tabela 14 – FNE – Contratações Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride) – Programado x realizado – Exercício de 2016	36
Tabela 15 – FNE – Contratações por programa de financiamento – Programado x Realizado – Exercício de 2016	37
Tabela 16 – FNE – Contratações por estado – Programado x Realizado – Exercício de 2016.....	38
Tabela 17 – FNE – Contratações por setor e estado – exercício de 2016	39
Tabela 18 – FNE – Contratações por finalidade do crédito – Exercício de 2016	40
Tabela 19 – FNE – Contratações por porte do mutuário e estado – Exercício 2016	41
Tabela 20 – FNE – Contratações no âmbito do Pronaf por estado	42
Tabela 21 – FNE – Contratações por faixa de valor e setor.....	44
Tabela 22 – FNE – Ticket médio das contratações por estado	45
Tabela 23 – FNE – Ticket médio das contratações por setor.....	46
Tabela 24 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações	47
Tabela 25 – FNE – Instituições Repassadoras – Desempenho operacional – Contratações ⁽¹⁾	47
Tabela 26 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações ⁽¹⁾ por atividade no Setor Rural - Exercício de 2016	48
Tabela 27 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações ⁽¹⁾ por atividade nos Setores Comercial e Serviços	48
Tabela 28 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações ⁽¹⁾ por região - Exercício de 2016.....	49
Tabela 29 – FNE – Instituições Repassadoras – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2016.....	49

Tabela 30 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações ⁽¹⁾ por porte e setor do beneficiário - Exercício de 2016	50
Tabela 31 – FNE – Instituições Repassadoras – Saldos devedores e inadimplência	50
Tabela 32 – FNE – Instituições Repassadoras – Distribuição territorial e setorial dos recursos - Exercício de 2016	51
Tabela 33 – FNE – Instituições Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por município	51
Tabela 34 – FNE – Contratações de beneficiários de primeira contratação - Exercício de 2015 x Exercício de 2016	52
Tabela 35 – Eventos do FNE Itinerante realizados na área de atuação do BNB – 2010-2016	66
Tabela 36 – Repercussões econômicas das contratações do FNE em 2016 ¹ - R\$ milhões e empregos em número de pessoas	73
Tabela 37 – FNE – Saldos de aplicações por unidade federativa, do empreendimento e porte de tomadores ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2016	95
Tabela 38 – FNE – Saldos de aplicações por Setor ⁽¹⁾	96
Tabela 39 – Aplicações Pronaf por unidade federativa da agência.....	96
Tabela 40 – Pronaf – FNE – Saldos de aplicações por porte de tomadores ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2016.....	97
Tabela 41 – FNE – Saldos das aplicações por risco de crédito ⁽¹⁾	97
Tabela 42 – FNE – Saldos de aplicações e inadimplência por unidade da federação – Posição: 31/12/2016.....	98
Tabela 43 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por Setor ⁽¹⁾	98
Tabela 44 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por porte dos beneficiários ⁽¹⁾ - Posição: 31.12.2016	99
Tabela 45 – FNE – Saldos das aplicações e inadimplência por risco ⁽¹⁾	99
Tabela 46 – FNE – Recuperação de dívidas ⁽¹⁾ – Exercício de 2016	101
Tabela 47 – FNE – Liquidações pelo equivalente financeiro em 2016 – Resolução 55/2012 do Condrel – Posição 31/12/2016.....	103
Tabela 48 – FNE – Regularizações de operações realizadas em 2016, com base nas Resoluções CMN nº 4.314, 4.315, 4.519 e 4.522 – Posição 31/12/2016	104
Tabela 49 – FNE – Propostas em carteira por setor e programa – Exercício 2016	106
Tabela 50 – FNE – Propostas em carteira por situação.....	108
Tabela 51 – FNE – Propostas em carteira por região e situação.....	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACJ	Autorização de Cobrança Judicial
AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas
AR	Alta Renda
BA	Estado da Bahia
Bacen	Banco Central do Brasil S/A
Banese	Banco do Estado de Sergipe
Benef.	Beneficiário
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BR	Baixa Renda
CAPP	Célula de Avaliação de Políticas e Programas do Etene
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza
CE	Estado do Ceará
CMN	Conselho Monetário Nacional
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
Condepe/ Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
Desenbahia	Agência de Fomento do Estado da Bahia
DMR	Dinâmico de Média Renda
EMR	Estagnado de Média Renda
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE/USP	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas / Universidade de São Paulo
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
FNE EI	Programa FNE Empreendedor Individual
FNE MPE	Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste
FNE Sol	Programa de Financiamento de Sistemas de Micro e Minigeração Distribuída de Energia por Fontes Renováveis
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

Gerat	Gerências de Reestruturação de Ativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICI	Índice de Confiança da Indústria
ICOM	Índice de Confiança do Comércio
ICS	Índice de Confiança de Serviços
Inepad	Instituto Pesquisa em Administração
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
Loa	Lei Orçamentária Anual
MA	Estado do Maranhão
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MEI	Micro Empreendedor Individual
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Estado de Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MP	Medida Provisória
MPE	Micro e Pequena Empresa
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NE	Nordeste
Nexport	Nordeste Exportação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto per capita
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PPB	Processo Produtivo Básico
PRD	Propostas de Renegociação de Dívidas
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Ride	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAC	Sistema Integrado de Análise de Crédito
SIIPNE	Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste

SRFI	Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

1. INTRODUÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2016.

Este Relatório visa apresentar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste na administração do FNE, em atendimento ao Ofício nº 26/SFRI/DFRP, datado de 20 de janeiro de 2017, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, que estabeleceu a estrutura do Relatório Circunstanciado, apresentado anualmente pelo Banco do Nordeste.

A base normativa para elaboração do Relatório de Resultados e Impactos do FNE está consubstanciada pelo Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as diretrizes e orientações gerais oriundas do Ministério da Integração Nacional (MI), as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel) e pela programação anual, que é o instrumento normativo e de planejamento direcionador dos financiamentos anuais do FNE¹.

Neste ano foram contratados, aproximadamente, R\$ 11,2 bilhões, distribuídos em 538.528 operações de crédito, que representam redução nominal de 2,2% no volume contratado, quando comparado com o ano anterior. Ressalte-se que a recessão econômica do País, desencadeada no segundo trimestre de 2014 e que começou a apresentar efeitos na economia nordestina no primeiro trimestre de 2015, explica fortemente tal desempenho à medida que reduz as expectativas dos agentes econômicos e, por consequência, sua demanda por crédito².

Quanto à distribuição setorial, os financiamentos foram direcionados aos setores: rural (52,4%), agroindustrial (1,6%), comércio e serviços (26,3%),

¹ A Programação é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste, com ativa participação da Sudene e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, dos movimentos sociais e dos setores produtivos.

² Vale destacar que o Boletim de Desempenho do BNDES registrou redução de 35,0% nos desembolsos da instituição em 2016, sendo mais acentuado na Região Nordeste: 62,0%.

industrial (13,1%), turismo (3,1%) e de infraestrutura (3,5%), localizados nos onze estados da área de atuação do FNE.

Os empreendimentos classificados como mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, prioritários para a contratação do FNE, demandaram 61,0% dos recursos (superando a meta de 51,1% para tal público), enquanto a porção semiárida regional contratou o equivalente a 57,3% dos valores repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (acima dos 50,0% estabelecidos).

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele constitui instrumento que permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica do País e da Região Nordeste, tendo foco nos 3E's: eficiência, eficácia e efetividade.

Cabe destacar que, além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório representa a expectativa de impactos macroeconômicos do FNE, sob a perspectiva do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), bem como os resultados de um estudo que analisa as correlações existentes entre as contratações no período de 2003 a 2014 e variáveis de atividade econômica selecionadas.

Apresenta, também, resultado de estudo que mostra como seria a trajetória de aplicação do FNE quando os efeitos dos ciclos econômicos fossem expurgados das séries do Índice de Atividade Econômica Regional – Nordeste (IAER-NE).

Por fim, é apresentado resultado preliminar de estudo que mensura o impacto do FNE sobre o crescimento econômico da Região Nordeste, comparando as contratações do Fundo com o índice de atividade econômica regional do Banco Central do Brasil.

Dessa maneira, este Relatório contribui para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

1.1 Desempenho da Economia

A recessão que caracteriza a economia brasileira desde o segundo trimestre de 2014 tem impactado na economia do Nordeste. Devem ser considerados,

portanto, os rebatimentos sobre a economia do Nordeste e as contratações do FNE desse quadro recessivo.

O ETENE, por meio da Célula de Estudos Macroeconômicos, tem monitorado os efeitos da recessão sobre a Região Nordeste, fornecendo suporte para atuação das áreas afins do Banco.

A análise da trajetória das taxas de variação de um período recente (2008.1 a 2016.4) mostra a intensidade do quadro recessivo atual, em que, na comparação com mesmo trimestre do ano anterior, se observa a décima primeira queda consecutiva do PIB, 2014.2 a 2016.4. Esse resultado supera os três trimestres de queda consecutivos de 2009, auge da crise financeira internacional, o que revela a gravidade da crise atual (Gráfico 1). Para 2016, os dados mostram sinais de leve recuperação da economia brasileira (Gráfico 1).

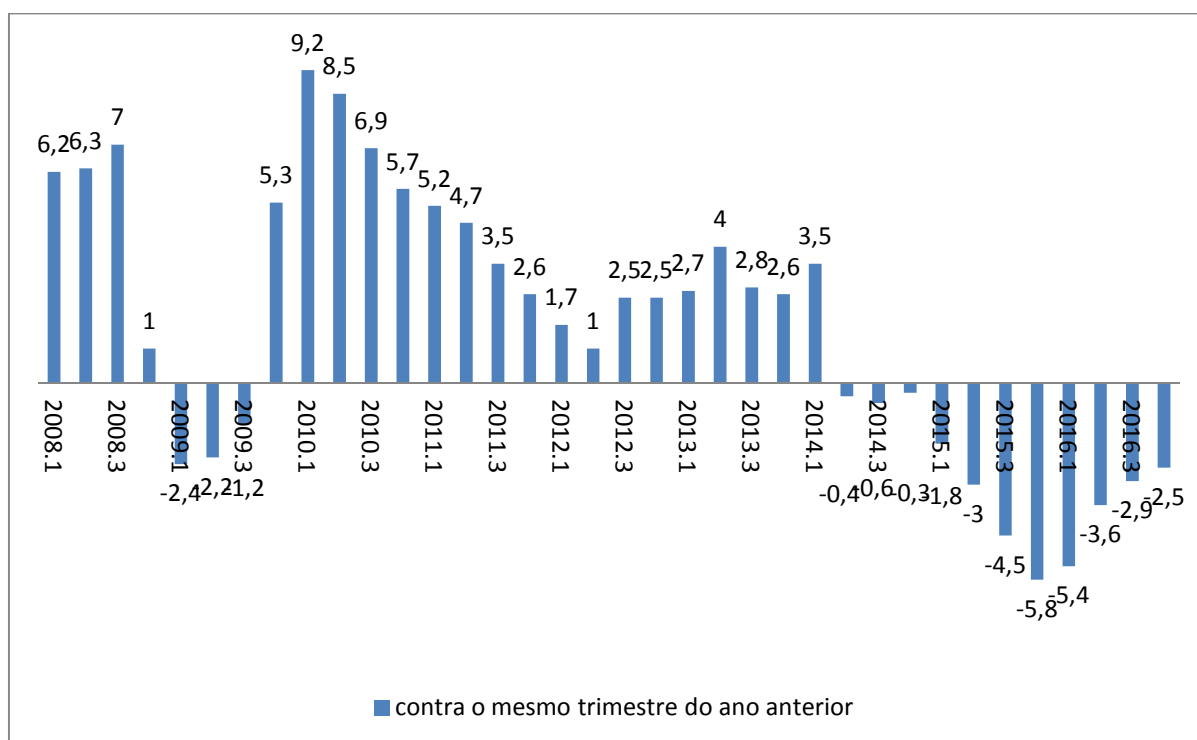


Gráfico 1 – PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral (em %) – 2008.1 a 2016.4

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Etene.

No resultado por grandes setores, percebe-se que a desaceleração teve início em períodos de tempo diferentes.

No setor industrial, a desaceleração teve início em 2014.2, quando a indústria nacional declinou 3,4% ante um crescimento de 4% na comparação com mesmo período do ano anterior (Gráfico 2). Esse resultado deu início a uma

trajetória de quedas consecutivas nesse setor, que tem puxado a recessão da economia brasileira (Gráfico 1).

O setor de serviços seguiu a trajetória de desaceleração observada para indústria, registrando quedas consecutivas a partir de 2015.1, conforme Gráfico 2.

A agropecuária foi o último setor a entrar em recessão (a partir de 2016.1), conforme Gráfico 2.

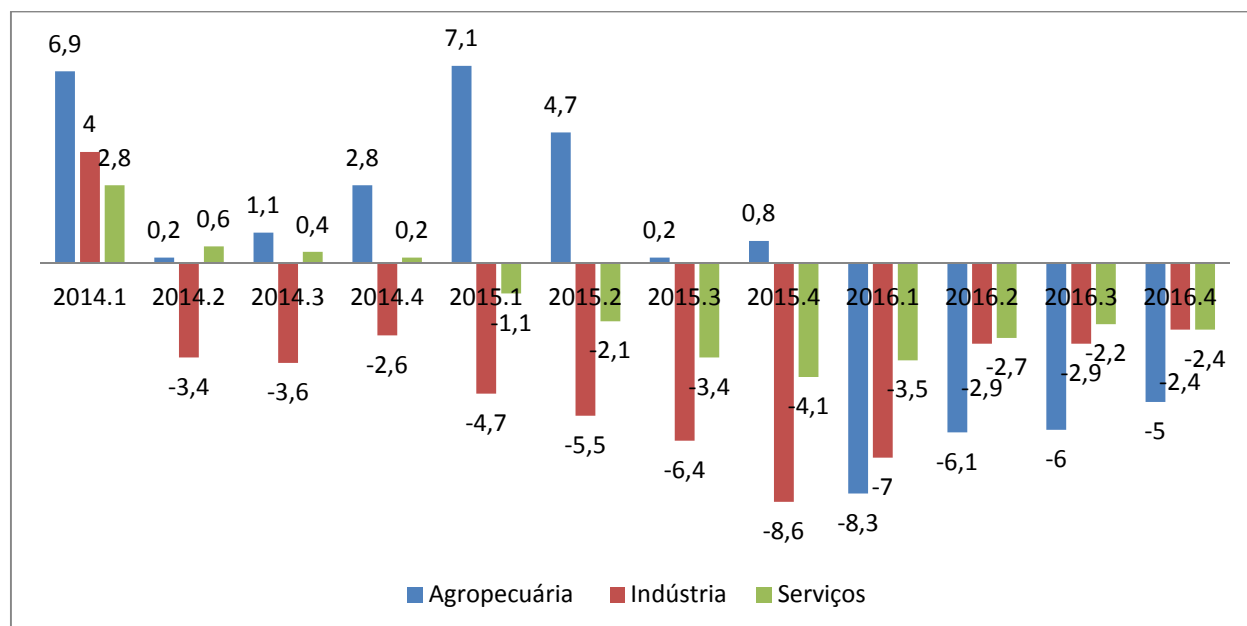


Gráfico 2 – PIB: Evolução das taxas de crescimento – Por setores da economia
taxa de crescimento trimestral (em %) – 2014.1 a 2016.4

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Etene.

O Produto Interno Bruto pela ótica da demanda, por sua vez, mostra que o investimento, representado pela Formação Bruta de Capital Fixo, soma dez trimestres consecutivos de queda, chegando a registrar retração de 18,7% na comparação com mesmo período do ano anterior. A queda nos investimentos público e privado é apontada como principal causa da retração na indústria. Em 2016, o investimento se recupera um pouco, mas continua em queda (Gráfico 3). Tais evidências corroboram a decisão do Condrel/Sudene, por meio da Resolução n. 099, de 22/09/2016, que aprovou programação específica destinando parte dos recursos para projetos de grande porte, a exemplo de empreendimentos de infraestrutura, no período de 2016 a 2018, com vistas à retomada da atividade econômica regional.

De 2015.2 a 2016.3, à exceção das exportações, todos os componentes da demanda registraram queda (Gráfico 3). Uma possível explicação para o bom desempenho das exportações pode ser dada pela competitividade do setor

agropecuário, que responde por uma parcela importante das exportações brasileiras³. No último trimestre do ano, entretanto, as exportações experimentam expressiva queda em razão da desvalorização do real frente ao dólar.

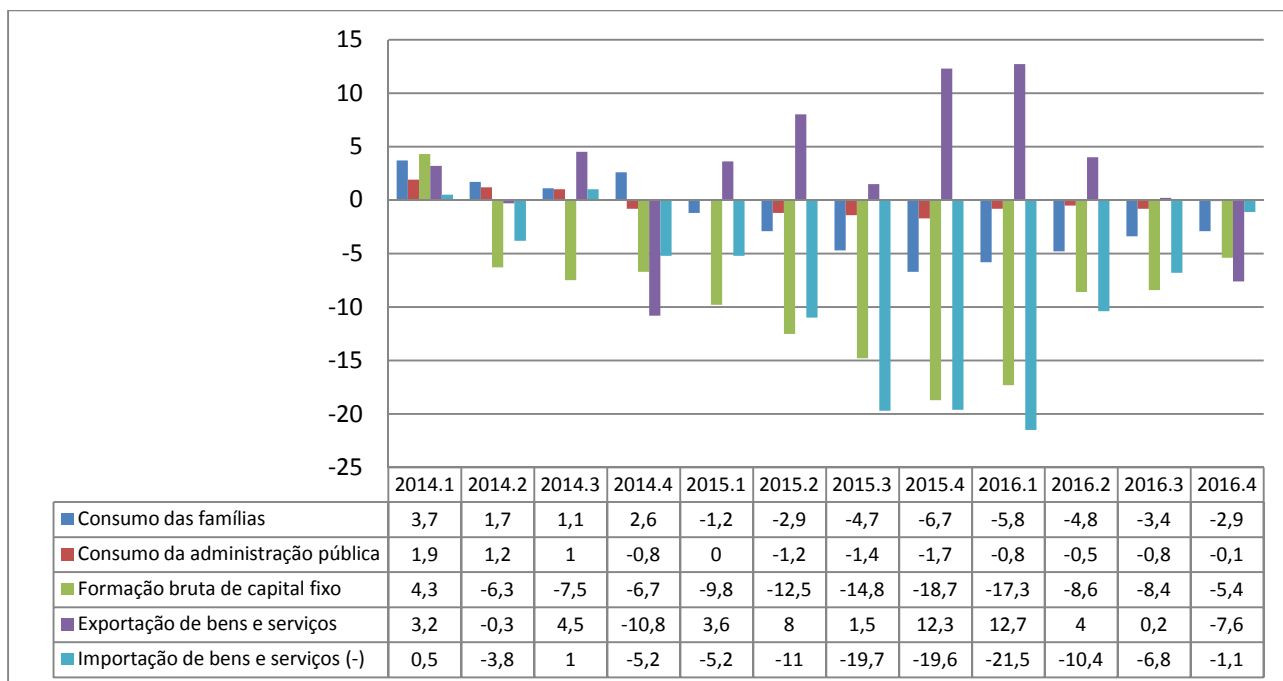


Gráfico 3 – PIB: Ótica da demanda – Taxa de crescimento trimestral (em %) – 2014.1 a 2016.4

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB – Etene.

* FCBF = Formação Bruta de Capital Fixo.

A queda da taxa de juros, verificada a partir do segundo semestre de 2016 (Gráfico 4), tende a impulsionar a recuperação da economia. Nesse contexto, abre-se espaço para redução das taxas cobradas pelo Banco do Nordeste, tal como aconteceu no início de 2016.

³ Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, quatro produtos responderam por 27,5% das exportações brasileiras em 2016: soja (10,4%), minério de ferro (7,2%), óleo bruto de petróleo (5,4%) e açúcar de cana (4,5%).

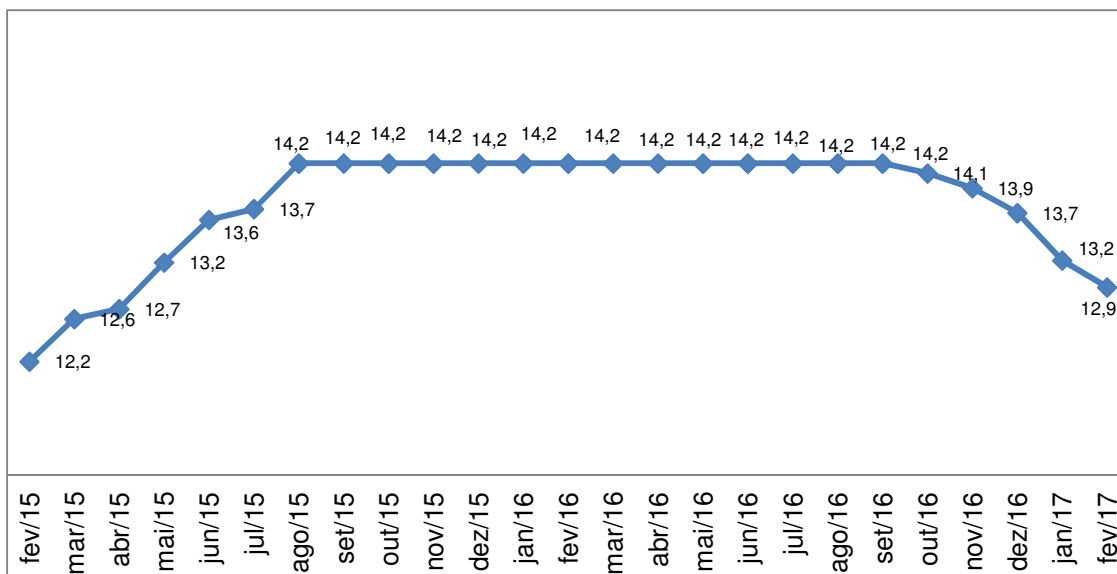


Gráfico 4 – Taxa de Juros – Selic acumulada no mês

Fonte: BCB. Elaboração BNB/Etene.

No âmbito regional, pode-se afirmar que a economia do Nordeste acompanhou a economia brasileira no processo recessivo (Gráfico 5). Apesar de a desaceleração econômica no Nordeste ser sentida apenas a partir do primeiro trimestre de 2015, conforme estimativas do PIB trimestral realizadas pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará⁴, a queda no PIB desses estados se acentua, principalmente, a partir do segundo trimestre, quando as estimativas do PIB de Pernambuco e Ceará mostram queda acima da observada para o Brasil no mesmo período (Gráfico 6). A Região apresentou quadro recessivo ao longo de todo o ano 2016. Destaca-se, contudo, a variação positiva da economia pernambucana, que após cinco trimestres consecutivos de queda, cresceu 0,4% em relação ao mesmo período de 2015 (Gráfico 4). De acordo com a Condepe/Fidem, esse resultado foi puxado pela recuperação da indústria que cresceu 2,3% no terceiro trimestre, principalmente, em razão do Polo Automotivo de Goiana e da recuperação da Refinaria Abreu e Lima.

⁴ De acordo com as Contas Regionais do Brasil (2010-2014), os PIBs da Bahia, Pernambuco e Ceará representavam aproximadamente 62,7% do PIB da Região Nordeste em 2014.

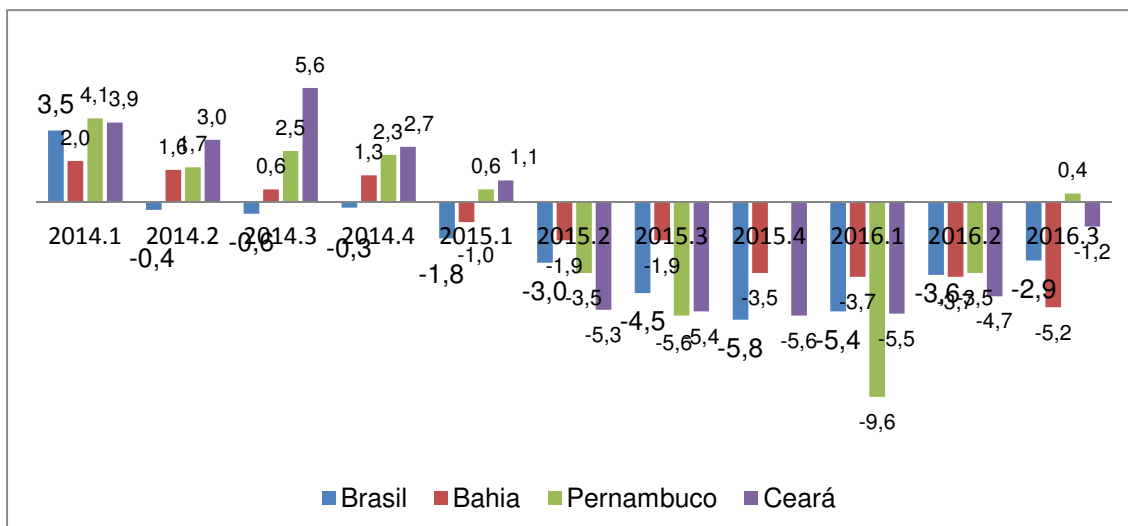


Gráfico 5 – Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral, Brasil, Bahia, Pernambuco^(*) e Ceará - 2014.1 a 2016.3.

(*) A CONDEPE/FIDEM não divulgou o resultado para o terceiro trimestre de 2016.

Fontes: IBGE, SEI, CONDEPE/FIDEM e Ipece. Elaboração: BNB – Etene.

Em relação ao mercado de trabalho, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) mostram que a perda de empregos com carteira de trabalho assinada foi maior no Nordeste do que no Brasil. Em termos regionais, a Região Nordeste ocupou a terceira posição em termos de perda de postos de trabalho em 2016.

Tabela 1 – Movimentação dos admitidos e desligados por nível geográfico – Brasil, regiões e estados selecionados.

Localidade	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
Brasil	14.738.646	16.060.640	1.321.994	3,33
Norte	635.530	715.945	-80.415	4,36
Nordeste	2.091.393	2.330.632	239.239	3,63
Maranhão	151.551	169.587	-18.036	3,77
Piauí	93.837	106.730	-12.893	4,3
Ceará	400.591	438.090	-37.499	3,13
Rio Grande do Norte	140.958	156.764	-15.806	3,57
Paraíba	122.402	134.212	-11.810	2,85
Pernambuco	400.118	448.604	-48.486	3,68
Alagoas	115.396	127.161	-11.765	3,16
Sergipe	85.720	101.373	-15.653	5,13
Bahia	580.820	648.111	-67.291	3,83
Sudeste	7.616.200	8.404.758	788.558	3,78
Sul	2.989.363	3.135.835	-146.472	2,03
Centro-Oeste	1.406.160	1.473.470	-67.310	2,12

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: BNB/Etene.

Diante do cenário atual de queda no crescimento da economia do Nordeste, é de fundamental importância analisar como o desempenho macroeconômico tem afetado as contrações do FNE, assunto abordado nas próximas sessões deste Relatório.

2. PROGRAMAÇÃO E REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS

As projeções de financiamento, com base nas Diretrizes e Prioridades do FNE para o exercício 2016, foram elaboradas inicialmente considerando o montante de R\$ 14,1 bilhões distribuídos entre os programas de financiamento do Fundo (Tabela 2).

A distribuição setorial dos recursos tomou como base as potencialidades e oportunidades de investimentos da área de abrangência, definidas em conjunto com entidades governamentais, públicas e privadas, além da distribuição histórica de suas aplicações. Nessa perspectiva, projetam-se como programas mais importantes o FNE-Rural (17,9%), o FNE-Comércio e Serviços (16,4%) eo FNE-Industrial (16,0%) (Tabela 2).

Tabela 2 – Projeção de financiamento por programa de crédito

Programa	Valor Projetado	Valores em R\$ mil
		[%]
1. Programas Setoriais	8.700.000,0	61,7
- FNE RURAL	2.520.000,0	17,9
- FNE Aquipesca	35.000,0	0,2
- FNE Profrota Pesqueira ⁽¹⁾	-	0,0
- FNE Industrial	2.260.000,0	16,0
- FNE Irrigação	235.000,0	1,7
- FNE Agrin	205.000,0	1,5
- FNE Proatur	540.000,0	3,8
- FNE Comércio e Serviços	2.315.000,0	16,4
- FNE Proinfra	590.000,0	4,2
2. Programas Multissetoriais	5.400.000,0	38,3
- PRONAF	2.400.000,0	17,0
- FNE Inovação	205.000,0	1,5
- FNE Verde	335.000,0	2,4
- FNE MPE	2.460.000,0	17,4
TOTAL	14.100.000,0	100,0

Fonte: BNB – Programação Regional FNE, 2016.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Dentre os Programas Multissetoriais, a prioridade é dada às micro e pequenas empresas, bem como à agricultura familiar, cujas aplicações estão projetadas em 17,4 e 17%, respectivamente, conforme apresentado na Tabela 3. Isso demonstra a prioridade que o BNB continua dando a esses segmentos produtivos nordestinos.

2.1 Recursos Previstos para Aplicação

O orçamento inicialmente projetado para aplicação do FNE, no exercício de 2016, compõe-se das fontes de recursos explicitadas na Tabela 3.

Cabe explicar que a estimativa dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é aquela expressa na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2016, considerando a parcela de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Tabela 3 – Recursos previstos por fonte

Valores em R\$ bilhões	
Discriminação	Valor previsto
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5,1
Reembolsos ops. crédito/Repasse (líquido bônus adimplência)	8,6
Resultado operacional monetizado	(0,9)
Disponibilidades ao final do exercício anterior	8,3
Parcelas a desembolsar de ops. contratadas em exercícios anteriores	(7,0)
Disponível para aplicação	14,1

Fonte: BNB - Programação Regional FNE, 2016.

Importante esclarecer que os valores expressos na Tabela 3 são passíveis de ajustes, em função de fatores como o fluxo de ingressos, as obrigações, os reembolsos e o desempenho da economia brasileira no período. Portanto, representam um instrumento de planejamento e não verbas inflexíveis para alocação de recursos.

2.2 Valores da Reprogramação de Recursos

No final do primeiro semestre, houve ajustes nos parâmetros e na estimativa global das aplicações do FNE 2016. Isso foi necessário, em função de fatores como os mencionados no item 2.1. O montante projetado inicialmente, de 14,1 bilhões de reais, passou a 18,9 bilhões, conforme discriminado na Tabela 4.

Tabela 4 – Recursos previstos por fonte

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Valor previsto
Origem dos Recursos (A)	30,4
Disponibilidades previstas ao final do exercício anterior	11,3
Transferências da União	7,3
Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência)	9,4
Remuneração das Disponibilidades	1,7
Outros ⁽¹⁾	0,7
Aplicações de Recursos (B)	(3,1)
Taxa de Administração	(1,5)
Del Credere BNB	(1,3)
Outros ⁽²⁾	(0,3)
Disponibilidade Total (A + B)	27,3
Saldo a Liberar de Exercícios Anteriores	(8,4)
Disponível para Aplicação	18,9
Valor Estabelecido pela Resolução Condel nº. 099, de 22/09/2016	4,8
Valor para Aplicação em Programas Setoriais	14,1

Fonte: BNB – Reprogramação Regional FNE, 2016.

Notas:

- (1) Cobertura de Parcelas de Risco do BNB, Reembolsos de Créditos Baixados como PJ e Cobertura de Risco por Fundos Aval/PROAGRO/INCRA, no total de R\$ 0,707 bilhão.
- (2) Del Credere de Instituições Operadoras, Remunerações do BNB sobre Operações PRONAF e Despesas de Auditoria Externa, no total de R\$ 0,363 bilhão.

Ressalte-se que, obedecendo à Resolução Condel nº. 099, de 22/09/2016, R\$ 4,8 bilhões do total disponível para aplicação, deverão destinar-se ao financiamento de projetos de grande porte (infraestrutura, por exemplo), com abrangência para o período 2016-2018. O objetivo é estimular a retomada da atividade econômica regional. Desta forma, o montante previsto para aplicação em programas setoriais e multissetoriais do BNB permanece aquele inicialmente projetado em R\$ 14,1 bilhões, porém com mudança na distribuição entre ambos (Tabela 5).

Tabela 5 – Projeção Reprogramada do financiamento por programa de crédito

Programa	Valor Projetado (R\$ mil)	[%]
1. Programas Setoriais	7.375.000,0	52,3
- FNE RURAL	2.445.000,0	17,3
- FNE Aquipisca	25.000,0	0,2
- FNE Profrota Pesqueira ⁽¹⁾	-	0,0
- FNE Industrial	1.310.000,0	9,3
- FNE Irrigação	260.000,0	1,8
- FNE Agrin	305.000,0	2,2
- FNE Proatur	405.000,0	2,9
- FNE Comércio e Serviços	2.215.000,0	15,7
- FNE Proinfra	410.000,0	2,9

2. Programas Multissetoriais	6.725.000,0	47,7
- PRONAF	2.400.000,0	17,0
- FNE Inovação	675.000,0	4,8
- FNE Verde	1.290.000,0	9,2
- FNE MPE	2.360.000,0	16,7
TOTAL	14.100.000,0	100,0

Fonte: BNB - Programação Regional FNE, 2016.

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha estabelecer sua regulamentação.

A principal mudança na distribuição diz respeito à ampliação em 9,4% na projeção do volume de recursos para aplicação em programas multissetoriais, remanejados dos programas setoriais. Especificamente, ampliaram-se as previsões de aplicação para FNE Verde (de 2,4% para 9,2%) e FNE Inovação (de 1,5% para 4,8%): no primeiro caso, em função da admissão do financiamento para energia eólica; no segundo, para atender à demanda crescente devido às taxas mais atrativas.

2.3 Orçamento por UF

A previsão inicial, consolidada na projeção reprogramada, é de que a distribuição estadual do montante de 14,1 bilhões de reais se dê conforme apresentado na Tabela 6, obedecendo ao limite inferior de 4,5%⁵ e máximo de 30,0% para cada Unidade da Federação.

Tabela 6 – Distribuição orçamentária por UF

UF	TOTAL	Valores em R\$ mil
		% Estado
AL	660.000	4,7
BA	3.190.000	22,6
CE	2.120.000	15,0
ES	350.000	2,5
MA	1.405.000	10,0
MG	765.000	5,4
PB	795.000	5,6
PE	2.010.000	14,3
PI	1.235.000	8,8
RN	935.000	6,6
SE	635.000	4,5

Fonte: BNB – Programação Regional FNE, 2016.

⁵ Exceção para o Estado do Espírito Santo, dada sua reduzida área de atuação.

De acordo com a projeção, três estados nordestinos, juntos, poderão acumular 51,9% da aplicação dos recursos no ano de 2016: Bahia (22,6%), Ceará (15,0%) e Pernambuco (14,3%). A dinâmica econômica estadual influencia essa distribuição, visto que economias mais desenvolvidas tendem a demandar recursos com maior facilidade, dada maior disponibilidade de projetos.

2.4 Orçamento por Setor/UF

A projeção inicial dos financiamentos por estado e setor de atividade, apresentada na Tabela 7, foi ajustada na reprogramação representada na Tabela 8.

Tabela 7 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade^{(*) (**)}

Valores em R\$ mil									
UF/ Setor	Agricultura (1)(2)	Pecuária (2)(3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (4)	Turismo	Comércio e Serviços (1)	Infraes- trutura (4)	Total	% Estado
AL	50.000	90.000	280.000	50.000	50.000	140.000	-	660.000	4,7
BA	1.000.000	515.000	520.000	40.000	110.000	895.000	110.000	3.190.000	22,6
CE	175.000	310.000	685.000	15.000	85.000	760.000	90.000	2.120.000	15,0
ES	60.000	30.000	185.000	10.000	5.000	60.000	-	350.000	2,5
MA	435.000	430.000	70.000	15.000	20.000	435.000	-	1.405.000	10,0
MG	220.000	250.000	70.000	5.000	5.000	215.000	-	765.000	5,4
PB	50.000	175.000	180.000	10.000	75.000	305.000	-	795.000	5,6
PE	245.000	220.000	450.000	25.000	175.000	505.000	390.000	2.010.000	14,3
PI	515.000	245.000	65.000	10.000	25.000	375.000	-	1.235.000	8,8
RN	40.000	155.000	255.000	10.000	105.000	370.000	-	935.000	6,6
SE	105.000	110.000	145.000	95.000	15.000	165.000	-	635.000	4,5
Total	2.895.000	2.530.000	2.905.000	285.000	670.000	4.225.000	590.000	14.100.000	100,0
% Setor	20,5	17,9	20,6	2,0	4,8	30,0	4,2	100,0	

Fonte: BNB - Programação Regional FNE, 2016.

(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2016 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências e as diretrizes da Resolução Condrel/Sudene nº 087/2015, de 29.10.2015; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca; (4) Inclusive Meio Ambiente.

Levando-se em conta toda a área de abrangência do FNE, a projeção da alocação dos financiamentos por setores sofreu pequenas alterações, permanecendo com os maiores volumes a pecuária (19,5%), a agricultura (18,2%) e a indústria (17,1%), conforme apresentado na Tabela 8.

Dentre os estados, a alteração mais importante na distribuição setorial foi verificada no Espírito Santo, cuja agroindústria sofreu uma elevação de 1.150%, passando de uma projeção de R\$ 10 milhões para R\$ 125 milhões.

Em relação à infraestrutura, apenas os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará foram contemplados com alocação inicial de recursos (R\$ 110 milhões e R\$ 390 milhões e R\$ 90 milhões, respectivamente). Na reprogramação, ampliaram-se as projeções de recursos para infraestrutura na Bahia (190,9%), reduziram-se os destinados a Pernambuco (-7,7%) e novos estados entraram na lista de contemplados (Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte). A ampliação na Bahia se deveu à demanda por recursos no ramo de saneamento básico.

Ainda em relação à Bahia, cabe ressaltar o aumento da disponibilidade de recursos para pecuária (+34%) e indústria (+32,7%), contrapondo-se à redução da destinação para Turismo (-68,2%), Comércio e Serviços (-36,9%), Agricultura (-14,5%) e Agroindústria (-12,5%).

Sobre o Estado de Pernambuco, cabe destacar, ainda, a ampliação dos recursos disponíveis para Comércio e Serviços (+81,2%), em contraposição à queda no setor de indústria (-66,7%).

Finalmente, deve-se ressaltar a queda no valor previsto para alocação na indústria. Excetuando-se a ampliação para a Bahia e a manutenção do valor inicial para Alagoas, os demais estados sofreram redução na destinação de recursos para o setor industrial. Isso se deveu à constatação de retração no seu desempenho durante o ano de 2016, influenciada pelo cenário econômico negativo. A crise econômica atingiu também o setor de comércio e serviços que, da mesma forma, sofreu redução na previsão do volume de recursos para aplicação em todas as Unidades da Federação de abrangência do FNE.

Sobre a Indústria e o Turismo no Rio Grande do Norte - únicos setores daquele Estado que receberam previsão inicial de alocação de recursos - sofreram queda na projeção em 68,6 e 61,9%, respectivamente.

Tabela 8 – Projeção de financiamento por estado e setor de atividade^(*) ^(**)

Valores em R\$ mil									
UF/ Setor	Agricultur a (1)(2)	Pecuária (2)(3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (4)	Turismo	Comércio e Serviços (1)	Infraes- trutura (4)	Total	% Estado
AL	60.000	90.000	285.000	35.000	50.000	140.000	-	660.000	4,7
BA	855.000	690.000	690.000	35.000	35.000	565.000	320.000	3.190.000	22,6
CE	175.000	310.000	685.000	15.000	85.000	760.000	90.000	2.120.000	15
ES	60.000	35.000	70.000	125.000	5.000	55.000	-	350.000	2,5
MA	435.000	430.000	70.000	15.000	20.000	435.000	-	1.405.000	10
MG	225.000	255.000	65.000	5.000	5.000	210.000	-	765.000	5,4
PB	50.000	200.000	120.000	10.000	65.000	290.000	60000	795.000	5,6
PE	155.000	230.000	150.000	25.000	175.000	915.000	360.000	2.010.000	14,3
PI	400.000	245.000	55.000	10.000	10.000	215.000	300000	1.235.000	8,8
RN	40.000	155.000	80.000	10.000	40.000	370.000	240000	935.000	6,6
SE	110.000	115.000	145.000	95.000	15.000	155.000	-	635.000	4,5
Total	2.565.000	2.755.000	2.415.000	380.000	505.000	4.110.000	1.370.000	14.100.000	100,0
%									
Setor	18,2	19,5	17,1	2,7	3,6	29,2	9,7	100	

(*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (**) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2016 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências e as diretrizes da Resolução Condrel/Sudene nº 087/2015, de 29.10.2015; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca; (4) Inclusive Meio Ambiente.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Observou-se que, até o final do exercício de 2016, o Tesouro Nacional transferiu para o Banco do Nordeste, aproximadamente, 42,8% acima do total de recursos previstos para todo o ano. O reembolso das operações de crédito, que tinha previsão de R\$ 8,5 bilhões, também foi superior ao valor previsto para o exercício (Tabela 9). No caso das disponibilidades que ao final de 2015 eram previstas para R\$ 8,3 bilhões, alcançaram um montante de R\$ 11,3 bilhões, indicando que a disponibilidade real foi superior à programada em 36,4%.

Acrescente-se a isso que a previsão do valor das parcelas a desembolsar de operações contratadas em exercícios anteriores para o final de 2015 foi de R\$ 7,0 bilhões e, ao final do exercício de 2016, esse valor atingiu o volume de R\$ 8,3 bilhões.

Tabela 9 – FNE - Recursos previstos X realizados por Fonte

Discriminação	Valores em R\$ mil		
	Previsto	Realizado	%
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.124.413	7.316.245	142,8
- Reembolsos ops. crédito/Repasses (líquido bônus adimplência)	8.583.575	10.150.320	118,3
- Resultado operacional monetizado	-945.445	-752.531	79,6
- Disponibilidades ao final do exercício anterior	8.302.082	11.324.340	136,4
- Parcelas a desembolsar de ops contratadas em exercícios anteriores	-6.964.625	-8.359.125	120,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Esse quadro é reflexo da conjuntura econômica do País, cujo caráter recessivo vem postergando investimentos de longo prazo, notadamente os de grande porte, por parte dos produtores rurais e empreendedores urbanos, avessos ao risco representado pela instabilidade econômica e política do País. Esses efeitos são sentidos, também, pelos demais bancos públicos e privados, que experimentam expressiva redução de demanda por crédito.

O aumento das taxas de juros não rurais do FNE para 2016, a redução do consumo de bens e serviços e a continuidade da seca na Região Nordeste, também podem impactar na decisão de produtores rurais e empreendedores urbanos, em investir a médio e longo prazos.

Contudo, os agregados macroeconômicos para 2016 já dão sinais de leve melhoria da conjuntura econômica. O investimento, por exemplo, apesar de continuar caindo, vêm experimentando reduções na intensidade da queda

desde o início de 2016 (Gráfico 3). Outro ponto que sinaliza a recuperação da economia é a tendência de queda na taxa de juros, a qual se espera que seja seguida pelo BNB.

Este capítulo visa analisar as aplicações dos recursos comparando, sempre que possível, os valores contratados sob duas perspectivas distintas: i) da programação anual do Fundo, onde se analisa a relação entre valores contratados ao longo do ano de 2016 e os valores anuais programados no âmbito dos vários recortes espaciais, setoriais e prioritários estabelecidos pelo Condell/Sudene; e ii) da variação intertemporal, na qual as contratações, ao longo do ano de 2016, serão comparadas com os valores contratados no mesmo período de 2015.

4. ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES

As contratações do FNE, no ano de 2016, somaram R\$ 11,2 bilhões (Tabela 10), registrando um decréscimo nominal de 2,2% em relação ao mesmo período de 2015, quando foram contratados aproximadamente R\$ 11,5 bilhões.

Observa-se que, do total de beneficiários do FNE no ano de 2016 (1.556,0 mil), 97,2% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (1.512,0 mil), mantendo o mesmo grau de importância verificado no ano de 2015. No âmbito do Setor Rural, a quase totalidade dos beneficiários (99,6%) pertence à categoria de mini/micro (1.505,4 mil). No FNE Setor Industrial, 91,3% dos empreendimentos financiados são também de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 1.A, CD ROM em anexo).

O valor total contratado neste período corresponde a 79,7% do valor programado para todo o exercício de 2016, com nível de proporção um pouco menor do que a identificada no ano de 2015, quando atingiu 89,1%.

**Tabela 10 – FNE – Desempenho operacional e propostas em carteira
Exercício de 2016**

Valores em R\$ mil

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações ⁽¹⁾		
		Quant. Benef. ⁽²⁾	Valor	%
RURAL	503.979	1.511.919	5.892.256	52,4
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	6.458	19.366	2.933.001	26,1
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	240	717	264.858	2,4
PRONAF - Grupo A - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	3.714	11.142	92.761	0,8
PRONAF - Demais Grupos - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	493.483	1.480.449	2.353.708	20,9
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	39	112	227.127	2,0
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-
FNE Aquipisca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	45	133	20.801	0,2
FNE Profrota Pesqueira	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	4.778	14.322	175.346	1,6
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	67	164	85.344	0,8
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste - Agroindústria	8	77	52.030	0,5
PRONAF - Agroindústria - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	4.597	13.791	19.196	0,2
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	106	290	18.776	0,2
INDUSTRIAL	3.230	3.230	1.468.644	13,1
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	702	702	560.918	5,0
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	15	15	52.956	0,5
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	10	10	586.208	5,2
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.503	2.503	268.562	2,4
TURISMO	571	571	345.820	3,1
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	54	54	289.186	2,6
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	517	517	56.634	0,5
INFRAESTRUTURA	2	2	397.636	3,5
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Norte	2	2	397.636	3,5
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	0	-	0,0
COMÉRCIO E SERVIÇOS	25.963	26.022	2.960.804	26,3
FNE Comércio e Serviços	4.011	4.011	1.277.934	11,4
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	74	74	9.376	0,1
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	13	13	4.114	0,0
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	21.865	21.924	1.669.380	14,9
Total	538.523	1.556.066	11.240.506	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar, inclusive as operações no âmbito do PROCIR. (2) Considera-se que cada operação no âmbito do Pronaf beneficia, em média, três pessoas; no âmbito das cooperativas, 60 pessoas; 40 pessoas no das associações; e uma pessoa no âmbito de todas as demais categorias/portes.

4.1 Por tipologia dos municípios e por UF

As microrregiões prioritárias da PNDR abrangem os municípios classificados como Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica, contemplando basicamente as áreas fora das regiões metropolitanas das capitais. Todos os valores previstos na Programação do FNE 2016 para os espaços priorizados pela PNDR foram superados.

A distribuição das contratações por estado e tipologia da PNDR pode ser observada na Tabela 11.

Tabela 11 – FNE – Contratações por UF e tipologia de município
Exercício de 2016

Valores em R\$ mil			
Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	Alta Renda	428	91.752
	Baixa Renda	14.833	206.448
	Dinâmica	12.035	86.185
BA	Alta Renda	1504	462.543
	Baixa Renda	17.553	154.911
	Dinâmica	23.568	1.294.929
	Estagnada	75.796	1.669.554
CE	Alta Renda	4.459	489.833
	Baixa Renda	39.695	375.873
	Dinâmica	13.299	171.586
	Estagnada	15.180	253.551
ES	Estagnada	893	203.731
MA	Baixa Renda	44.329	601.010
	Dinâmica	3.648	372.991
	Estagnada	7.083	303.439
MG	Baixa Renda	994	6.521
	Dinâmica	32.661	318.755
	Estagnada	14.682	444.466
PB	Alta Renda	1183	134.509
	Baixa Renda	18.345	182.264
	Dinâmica	12.744	99.582
	Estagnada	16.657	158.112
PE	Alta Renda	1190	286.265
	Baixa Renda	11.138	107.255
	Dinâmica	19.902	180.708
	Estagnada	27.869	714.340
PI	Baixa Renda	7.313	50.620
	Dinâmica	33.987	524.956
	Estagnada	15.100	336.241
RN	Alta Renda	1189	164.975

SE	Baixa Renda	2.067	19.833
	Dinâmica	25.593	273.204
	Estagnada	3.046	127.119
	Alta Renda	873	105.485
SE	Baixa Renda	3.130	27.262
	Dinâmica	11.523	171.277
	Estagnada	3.034	68.421
	Total	538.523	11.240.506

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Em 2016, a participação das contratações do FNE nessas microrregiões foi de 84,6%, o que supera o mínimo de 70,0% definido pelo Condell/Sudene. Dos municípios dessas microrregiões, destaque para São Sebastião e Arapiraca, ambos em Alagoas, da tipologia Baixa Renda, com financiamentos acima de R\$ 30 milhões; notadamente nas atividades do comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo; de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; e de produtos farmacêuticos e veterinários; bem como no comércio varejista de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, de caminhonetes e utilitários usados, de peças e acessórios novos para veículos automotores, de combustíveis para veículos automotores e, ainda, de produtos alimentícios para venda em supermercados.

Destacam-se, também, os municípios de Mucuri e Feira de Santana da tipologia Estagnada, cujos financiamentos, em cada um desses municípios, ultrapassaram os R\$ 340,0 milhões, notadamente na indústria de celulose, papel e produtos de papel e no setor de infraestrutura, em obras de saneamento básico, respectivamente.

4.2 Por áreas prioritárias

a) Semiárido

Mesmo diante de um cenário econômico adverso, os esforços do Banco permitiram que as contratações na região do semiárido, da ordem de R\$ 4,19 bilhões, atingissem um percentual 14,6% superior ao da programação anual para a região, que foi de R\$ 3,66 bilhões (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE – Contratações no Semiárido
Exercício de 2016

Região	Quantidade de operações	Valor contratado (A)	Valores em R\$ mil	
			Programado (B)	(A) / (B)
Semiárido	355.637	4.193.153	3.660.000	114,6%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Tal volume contratado no semiárido representa 57,3% dos recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para FNE ao longo do ano 2016.

O item 6.2, deste relatório, detalha as ações realizadas com a finalidade de estimular o atendimento, as quais contribuem de maneira consistente para o desempenho das contratações no semiárido.

No intuito de estimular os financiamentos na região semiárida do Nordeste, o BNB apoiou projetos de obras de infraestrutura de saneamento básico; de financiamento de atividades relacionadas ao comércio varejista; de extração e de fabricação de produtos de minerais não metálicos, de indústria têxtil, de vestuário, de calçados e acessórios, de produção de alimentos e bebidas, e de indústria eletroeletrônica.

b) Mesorregiões

Ao longo do ano de 2016, as contratações nas mesorregiões prioritárias totalizaram R\$ 2,5 bilhões, valor 37,4% superior ao programado para o ano de 2016 (Tabela 13). De forma geral, em quase todas as mesorregiões, com exceção do Seridó e Chapada das Mangabeiras, os valores contratados no ano foram superiores à meta programada para o exercício de 2016. Destacou-se a mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri que ultrapassou a meta em 148,3%.

Os municípios que mais contribuíram para este forte desempenho foram Mucuri e Carlos Chagas, localizados na Bahia e em Minas Gerais, respectivamente. Os dois municípios, em conjunto, contrataram R\$ 555,3 milhões, com destaque para a indústria de papel e celulose na Bahia e para a atividade de silvicultura em Minas Gerais.

**Tabela 13 – FNE – Contratações por mesorregião
Exercício de 2016**

Mesorregiões	Quantidade de operações	Valores em R\$ mil	
		Valor contratado	Programado
Águas Emendadas	1817	46.281	40.000
Bico do Papagaio	4.898	147.946	100.000
Chapada das Mangabeiras	8.217	574.493	630.000
Chapada do Araripe	38.492	371.167	305.000
Seridó	12.533	115.577	120.000
Vales do Jequitinhonha e Mucuri	19.107	931.206	375.000
Xingó	33.720	327.259	260.000
Total	118.784	2.513.929	1.830.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

c) Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)

Quanto às RIDEs, foram direcionados recursos da ordem de R\$ 362,1 milhões para as regiões da Grande Teresina – Timon e Polo de Juazeiro – Petrolina, superando em 19,5% a programação anual do Fundo para essas regiões. (Tabela 14). Na Região de Grande Teresina - Timon, os recursos foram contratados, com predominância, nos setores comercial, tanto o comércio varejista quanto o comércio atacadista; nos serviços de obras e engenharia, e de saúde, e na indústria de bebidas e produtos alimentícios.

Tabela 14 – FNE – Contratações Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride) – Programado x realizado – Exercício de 2016

Região Integrada de Desenvolvimento	Quantidade de operações	Valores em R\$ mil	
		Valor contratado	Programado
Grande Teresina - Timon	4.437	202.609	140.000
Polo de Juazeiro e Petrolina	5.752	159.476	163.000
Total	10.189	362.085	303.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Na Região do Polo de Juazeiro - Petrolina os setores predominantemente financiados foram: o comércio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo; de joias, relógios, bijuterias e pedras preciosas e semipreciosas, e de produtos farmacêuticos de uso humano; o comércio varejista de calçados, de produtos alimentares, de combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, de peças e acessórios novos para veículos, de artigos de vestuário, de materiais

de construção; e de cosméticos e perfumaria; bem como o setor agropecuário, com foco na fruticultura, gramíneas e ovinocaprinocultura.

4.3 Por programa de financiamento e por estado

a) Por programa de financiamento

Considerando o período de análise, quase todos os programas contrataram percentuais acima de 50% da programação anual estabelecida, dos quais merece destaque o FNE Inovação, que superou em 188,0%o valor programado (Tabela 15). As taxas mais atrativas do Programa podem justificar tal incremento.

Tabela 15 – FNE – Contratações por programa de financiamento – Programado x Realizado – Exercício de 2016

Programa de Financiamento	Quant. de operações	Valores em R\$ mil		(B / A) %
		Valor Contratado (A)	Valor Programado (B)	
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	6.458	2.933.001	2.520.000	116,4
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	240	264.858	235.000	112,7
PRONAF	501.794	2.465.665	2.400.000	102,7
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	128	289.459	335.000	86,4
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	23	590.322	205.000	288,0
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	45	20.801	35.000	59,4
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	75	137.374	205.000	67,0
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	24.991	2.013.352	2.460.000	81,8
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	702	560.918	2.260.000	24,8
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	54	289.186	540.000	53,6
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	2	397.636	590.000	67,4
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	4.011	1.277.934	2.315.000	55,2
Total	538.523	11.240.506	14.100.000	79,7

Nota: (1) Projeção de acordo com a demanda apresentada, sendo que ao longo da execução desta Programação poderão ser destinados recursos no âmbito do Programa, conforme venha a estabelecer sua regulamentação.

Por outro lado, o Programa FNE Industrial contratou apenas 24,8% da meta estabelecida para o exercício de 2016. Apesar do apoio crescente ao setor nos últimos anos, o ano de 2016 marca uma ruptura nessa trajetória com percentual abaixo da média, situação que pode ser explicada pelo cenário econômico-político que fez postergar decisões de investimento e impactou negativamente o crédito de longo prazo no sistema bancário nacional (Tabela 15).

b) Por Estado

No recorte das contratações por estado, observou-se que todos aplicaram mais de 50% dos valores programados para o exercício de 2016. Merecem destaque o Estado da Bahia, que aplicou 12,3% acima da meta estabelecida, e o de Minas Gerais, que também ultrapassou a meta anual de contratação, conforme a Tabela 16. O setor que mais absorveu recursos em ambos os estados foi o Rural (Tabela 17).

Tabela 16 – FNE – Contratações por estado – Programado x Realizado – Exercício de 2016

Estado	Valores em R\$ mil				
	Programado		Contratado		(B / A) %
	Valor (A)	%	Valor (B)	%	
Alagoas	660.000	4,7	384.385	3,4	58,2
Bahia	3.190.000	22,6	3.581.937	31,9	112,3
Ceará	2.120.000	15	1.290.843	11,5	60,9
Espírito Santo	350.000	2,5	203.731	1,8	58,2
Maranhão	1.405.000	10	1.277.440	11,4	90,9
Minas Gerais	765.000	5,4	769.742	6,8	100,6
Paraíba	795.000	5,6	574.467	5,1	72,3
Pernambuco	2.010.000	14,3	1.288.568	11,5	64,1
Piauí	1.235.000	8,8	911.817	8,1	73,8
Rio Grande do Norte	935.000	6,6	585.131	5,2	62,6
Sergipe	635.000	4,5	372.445	3,3	58,7
Total	14.100.000	100,0	11.240.506	100,0	79,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

c) Por programa de financiamento e estado

Na Tabela 2.A (CD ROM em anexo) são apresentadas informações por programa de financiamento e estado.

4.4 Por setor assistido e estado

Na Tabela 17 são apresentadas as contratações por setor de produção e estado. O estado com maior volume de contratações foi a Bahia, que absorveu recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões, ou 31,9% do volume total de contratações no ano de 2016. A Bahia também foi o estado que liderou as contratações em quase todos os setores, com exceção do Turismo e Agroindústria. A principal atividade apoiada no setor Rural foi a de Grãos (R\$ 697,1 milhões), enquanto no setor industrial merecem destaque a atividade de papel e celulose (R\$ 353,1 milhões) e o comércio varejista (R\$ 338,4) no setor de Comércio e Serviços. O segundo lugar em volume de contratações ficou dividido entre Ceará, Pernambuco e Maranhão, todos com participação de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão do financiado com recursos do FNE.

Tabela 17 – FNE – Contratações por setor e estado – exercício de 2016

Estado	Valores em R\$ mil						Total geral
	Rural	Agroindustrial	Comércio e serviços	Industrial	Turismo	Infraestrutura	
AL	201.938	1196	119.688	31.321	30.242	0	384.385
BA	1.928.254	28.654	590.596	616.365	20.432	397.636	3.581.937
CE	430.672	5.697	547.533	241.638	65.303	0	1.290.843
ES	66.017	12.684	42.372	80.901	1.757	0	203.731
MA	920.941	10.282	316.176	26.400	3.641	0	1.277.440
MG	634.542	4.742	118.838	10.704	916	0	769.742
PB	282.500	11.695	204.338	64.701	11.233	0	574.467
PE	430.732	41.350	380.058	237.644	198.784	0	1.288.568
PI	630.876	40.136	157.548	79.654	3603	0	911.817
RN	188.411	8.565	325.049	53.953	9.153	0	585.131
SE	177.373	10345	158.608	25.363	756	0	372.445
Total	5.892.256	175.346	2.960.804	1.468.644	345.820	397.636	11.240.506

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Cabe destacar que, nos três estados, o maior volume de recursos financiou os setores Rural e Comércio e Serviços, preponderantemente as atividades de bovinocultura (Ceará e Pernambuco), grãos (Maranhão) e comércio varejista (Ceará, Pernambuco e Maranhão).

A Tabela 3.A (CD ROM em anexo) apresenta, além dos valores e o número de operações contratadas por setor e estado, os valores programados, também por setor e estado.

4.5 Por finalidade de crédito

As principais finalidades do crédito do FNE foram o custeio e o investimento rural que absorveram recursos da ordem de R\$ 5,9 bilhões, ou 52,8% do volume de contratações no período em análise (Tabela 18). O custeio se deu principalmente nas culturas de grãos: algodão, café, milho e soja; e o investimento rural destinou-se, predominantemente, à produção de proteína animal com a criação de aves, bovinos, ovinocaprinos e suínos, além do cultivo do eucalipto e da soja.

Tabela 18 – FNE – Contratações por finalidade do crédito – Exercício de 2016
Valores em R\$ mil

Finalidade	Quant.	Valor
Aquisição isolada de móveis e utensílios	97	92.694
Capital de giro	76	58.373
Comercialização	44	77.316
Custeio rural	11.535	2.195.125
Investimento rural	497.095	3.737.512
Investimentos fixos	1583	1.085.126
Não especificada	23	67.728
Ne export-aq in mtpir ins-exp	35	86.921
Aquisição isolada matéria-prima e insumo/mercadoria	19.484	1.779.825
Investimento misto (fixo + capital de giro)	4.242	1.328.100
Aquisição isolada matéria-prima/mercadorias	1	72
Aquisição isolada de maq,vei e/ou equi	4.266	710.345
Investimentos fixos e semifixos	1	16.065
Aq. Isol. Sist. Fotovoltaico	41	5.304
Total	538.523	11.240.506

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.6 Por porte do mutuário e estado

Os mini/micro empreendedores, em conjunto com os de pequeno e pequeno-médio portes, foram responsáveis pela absorção de 61,0% dos recursos contratados no exercício de 2016 (Tabela 19); percentual ligeiramente superior ao desempenho do ano anterior, quando esses mesmos portes absorveram 59,2% do montante dos financiamentos.

Tabela 19 – FNE – Contratações por porte do mutuário e estado – Exercício 2016
Valores em R\$ mil

Estado	Mini	Micro	Pequeno	Pequeno-médio	Médio	Grande	Total
AL	143.949	7.311	83.566	47.785	51.082	50.692	384.385
BA	620.224	50.229	659.414	346.643	573.085	1.332.342	3.581.937
CE	395.102	66.327	327.428	175.050	140.231	186.705	1.290.843
ES	18.085	3.414	56.009	29.606	34.412	62.205	203.731
MA	350.242	22.210	340.947	169.281	111.297	283.463	1.277.440
MG	238.708	17.857	163.173	80.343	35.804	233.857	769.742
PB	230.160	17.622	135.992	47.173	71.565	71.955	574.467
PE	326.761	29.981	289.810	109.911	103.060	429.045	1.288.568
PI	289.842	14.706	139.060	106.654	140.818	220.737	911.817
RN	154.529	29.280	151.558	67.629	93.717	88.418	585.131
SE	124.071	18.718	115.283	46.733	32.050	35.590	372.445
Total	2.891.673	277.655	2.462.240	1.226.808	1.387.121	2.995.009	11.240.506

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O desempenho das aplicações do FNE em 2016 cumpre, assim, a meta estabelecida de destinar pelo menos 51,1% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, bem como o mínimo de 30,0% para mini, micro e pequeno portes. Ademais, reflete a preocupação do Banco do Nordeste em priorizar empreendimentos de menor porte. As atividades mais financiadas em empreendimentos de menor porte são aquelas relacionadas ao comércio varejista, à indústria de alimentos e à produção de aves, ovinos, bovinos e suínos.

A Tabela 4.A (CD ROM em anexo) apresenta, além dos valores contratados por porte e estado, o número de operações contratadas, também por porte e estado.

4.7 Pronaf operacionalizado por estado

As contratações realizadas no âmbito do Pronaf, em 2016, somaram aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, distribuídas em 501.794 contratos (Tabela 20). Referidas contratações superaram em aproximadamente 6,2% o montante financiado no exercício anterior e em 2,9% a meta estabelecida para 2016. De outra forma, na Tabela 5.A são apresentadas as contratações do Pronaf, por grupo, em cada um dos 11 estados atendidos pelo FNE.

Tabela 20 – FNE – Contratações no âmbito do Pronaf por estado
Exercício de 2016

Valores em R\$ mil		
Estado	Quant.	Valor
AL	26.025	121.580
BA	111.314	537.654
CE	65.693	321.341
ES	364	11.272
MA	51.486	268.565
MG	46.301	211.373
PB	46.266	212.190
PE	55.461	291.978
PI	54.204	264.624
RN	28.358	136.482
SE	16.322	88.606
Total	501.794	2.465.665

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Dentre os diversos grupos do Pronaf (Tabela 5A), destaca-se o Pronaf B que, no BNB, é aplicado segundo a Metodologia de microcrédito rural, denominada Agroamigo, a qual foi constituída em consonância com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). O Pronaf B abrange os mais pobres entre os agricultores enquadrados no Pronaf (aqueles cuja renda bruta familiar anual é de até R\$ 20 mil) e, em 2016, absorveu 74,3% do volume contratado pelos agricultores familiares.

4.8 Demonstrativo das contratações por faixa de valor

No que concerne à distribuição de recursos por faixa de valor, observa-se a disseminação e o foco do crédito do FNE, haja vista que expressivos 88,5% das operações realizadas encontram-se no intervalo entre R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00, das quais 98,7% foram contratados no âmbito do Setor Rural (Tabela 21). Tal desempenho segue em consonância com o realizado no exercício anterior.

Em termos relativos, o maior montante foi destinado à faixa acima de R\$ 10 milhões, cujos financiamentos totalizaram, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões, absorvendo cerca de 24,5% do volume total de recursos, no período em referência. Nesta faixa, os recursos foram investidos principalmente nos setores Rural (41,7%) e Industrial (30,2%).

Tabela 21 – FNE – Contratações por faixa de valor e setor
Exercício de 2016

Faixa de Valor	Valores em R\$ mil													
	Rural		Agroindústria		Indústria		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor	Quant. oper.	Valor
Até R\$ 1.000,00	469	417	12	11	13	11	-	-	-	-	70	52	564	491
Acima R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00	470.522	1.851.311	4.532	17.734	131	913	21	167	-	-	1.681	11.941	476.887	1.882.066
Acima R\$ 10.000,00 a R\$ 35.000,00	25.886	481.378	66	1.301	644	14.340	108	2.653	-	-	6.960	153.344	33.664	653.016
Acima R\$ 35.000,00 a R\$ 100.000,00	3.306	206.747	53	3.105	1.164	71.481	272	15.111	-	-	10.476	620.371	15.271	916.815
Acima R\$ 100.000,00 a R\$ 200.000,00	1.918	279.609	37	5.448	573	84.129	69	10.070	-	-	3.857	559.251	6.454	938.507
Acima R\$ 200.000,00 a R\$ 500.000,00	843	267.030	41	13.218	456	140.521	49	14.167	-	-	2.139	648.500	3.528	1.083.436
Acima R\$ 500.000,00 a R\$ 1.000.000,00	489	347.834	15	10.684	135	96.312	28	20.138	-	-	562	392.837	1.229	867.805
Acima R\$ 1.000.000,00 a R\$ 10.000.000,00	507	1.310.072	19	73.127	92	228.107	19	60.413	-	-	213	471.852	850	2.143.571
Acima de R\$ 10.000.000,00	39	1.147.858	3	50.718	22	832.830	5	223.101	2	397.636	5	102.656	76	2.754.799
Total	503.979	5.892.256	4.778	175.346	3.230	1.468.644	571	345.820	2	397.636	25.963	2.960.804	538.523	11.240.506

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.9 Ticket médio das contratações

O ticket médio geral das operações comportou-se de modo similar na comparação entre os exercícios de 2015 e 2016. Na totalização, o ticket médio de 2016 (R\$ 20,87 mil) representa 91,9% do indicador de 2015 (R\$ 22,71 mil), conforme se observa pela Tabela 22. A maior variação positiva entre os períodos foi observada, no Estado do Espírito Santo que aumentou seu ticket médio de R\$ 156,30 mil para R\$ 228,14 mil, explicado por um forte aumento nas contratações nos setores Industrial e Rural, mais especificamente na Pecuária, num cenário onde o número de contratações diminuiu de 971 operações em 2015, para 893 operações em 2016; ao passo que houve incremento nas contratações de R\$ 151,8 milhões em 2015, para R\$ 203,7 em 2016.

Tabela 22 – FNE – Ticket médio das
contratações por estado
Exercício de 2016 x Exercício de 2015

Valores em R\$ mil		
UF	2016	2015
AL	14,08	16,04
BA	30,25	29,26
CE	17,77	25,55
ES	228,14	156,30
MA	23,20	24,58
MG	15,92	16,24
PB	11,74	13,89
PE	21,44	22,22
PI	16,17	21,19
RN	18,35	20,44
SE	20,07	19,00
Total	20,87	22,71

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Quanto ao recorte setorial do ticket médio, no exercício de 2016, o setor que apresentou o maior valor foi o de Infraestrutura, com R\$ 198.817,91 mil por operação, o qual também foi o que teve maior incremento percentual, quando comparado ao mesmo período de 2015 (144,1%) (Tabela 23), dadas as características próprias do setor.

Tabela 23 – FNE – Ticket médio das contratações por setor
Exercício de 2016 x Exercício de 2015

Setor	Valores em R\$ mil	
	2016	2015
Rural	11,69	11,62
Agroindústria	36,70	35,41
Indústria	454,69	461,27
Turismo	605,64	909,79
Infraestrutura	198.817,91	81.439,53
Comércio e Serviços	114,04	137,84
Total	20,87	22,71

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

4.10 Aplicações realizadas por outras instituições financeiras

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No ano de 2016, conforme a Tabela 24, quatro instituições obtiveram recursos do Fundo para repasse, que somaram, aproximadamente, R\$ 12,0 milhões, contra R\$ 23,1 milhões do ano anterior.

Tabela 24 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações
Exercício de 2016

UF	Instituições Repassadoras	Nº. de operações	%	Valores em R\$ mil	
				Valor contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	6,7	195	1,6
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	2	13,3	671	5,6
PE	Agência de Fomento de Pernambuco (AGEFEPE)	7	46,7	1.136	9,5
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	5	33,3	9.978	83,3
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - (BDMG)	-	0,0	-	0,0
Total		15	100,0	11.980	100,0

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Com relação ao desempenho das instituições repassadoras pelos diversos setores da economia, observa-se que o Setor de Comércio e Serviços contratou praticamente dois terços do montante em 2016 (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE – Instituições Repassadoras – Desempenho operacional – Contratações⁽¹⁾
Exercício de 2016

Setor / Programa	Contratações				Valores em R\$ mil
	Nº. de operações	Quant. benef.	Valor	%	
RURAL	5	7	4.055	33,8	
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural e Outros	5	7	4.055	33,8	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10	10	7.925	66,2	
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	10	10	7.925	66,2	
Total	15	17	11.980	100,0	

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Os recursos, no âmbito do Setor Rural, foram aplicados na pecuária e na agricultura irrigada, com destaque para a cultura da soja, conforme evidenciado na Tabela 26.

No exercício anterior, referidos recursos foram direcionados, principalmente, para a bovinocultura (55,6%) e para o cultivo do mamão (34,2%).

Tabela 26 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações⁽¹⁾ por atividade no Setor Rural - Exercício de 2016

Atividade	Nº. de operações	Valor	Valores em R\$ mil	
			%	
PECUÁRIA	1	171		4,2
Bovinocultura	1	171		4,2
AGRICULTURA IRRIGADA	4	3884		95,8
Cultura do cacau	1	406		10,0
Cultura de soja	1	2.000		49,3
Outras atividades	2	1.478		36,4
Total	5	4.055		100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Desempenho semelhante ao exercício de 2015 ocorreu no Setor de Comércio e Serviços, cujas atividades ligadas ao Comércio Atacadista absorveram 93,7% dos recursos, conforme demonstrado na Tabela 27.

Tabela 27 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações⁽¹⁾ por atividade nos Setores Comercial e Serviços
Exercício de 2016

Atividade	Nº. de Operações	Valor	Valores em R\$ mil	
			% Setor	% FNE
COMÉRCIO	9	7.425	93,7	0,8
Comércio Atacadista	9	7.425	93,7	0,8
SERVIÇOS	1	500	6,3	0,1
Outros	1	500	6,3	0,1
Total	10	7.925	100,0	0,8

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 28), as áreas geográficas localizadas no semiárido absorveram a maior parte dos recursos contratados (62,0%), diferente do ocorrido no ano anterior, quando apenas 27,0% dos recursos destinados às instituições repassadoras favoreceram tal região.

Tabela 28 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações⁽¹⁾ por região - Exercício de 2016

Área	Nº. de Benef.	%	Valores em R\$ mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	9	52,9	7.425	62,0
Fora do Semiárido	8	47,1	4.555	38,0
Total	17	100,0	11.980	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenhahia.

Em 2016, verifica-se que, de acordo com o porte dos beneficiários, empreendimentos de quase todos os portes, exceto os mini/micro, contrataram recursos por intermédio dos bancos repassadores. Os beneficiários de portes pequeno e pequeno-médio representam 76,5% do total (Tabela 29); situação análoga ao exercício anterior, quando 57,1% dos beneficiários eram de pequeno porte e os mini-micro e pequeno-médio, respectivamente 21,4% e 14,3%.

Tabela 29 – FNE – Instituições Repassadoras – Beneficiários por porte e setor – Exercício de 2016

Porte/Setor	Rural		Comércio e Serviços		Total	
	Quant. benef.	(%)	Quant. benef.	(%)	Quant. benef.	(%)
Pequeno	1	14,3	7	70,0	8	47,1
PequenoMédio	4	57,1	1	10,0	5	29,4
Médio	1	14,3	1	10,0	2	11,8
Grande	1	14,3	1	10,0	2	11,8
Total	7	100,0	10	100,0	17	100,0

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenhahia.

No que tange aos valores contratados (Tabela 30), verifica-se que 51,1% do total dos financiamentos destinou-se a empreendimentos de portes pequeno e pequeno-médio.

Tabela 30 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações⁽¹⁾ por porte e setor do beneficiário - Exercício de 2016

Valores em R\$ mil			
Porte	Rural	Comércio e Serviços	Total
Pequeno	406	1.136	1.542
PequenoMédio	366	4.208	4.574
Médio	1.283	500	1.783
Grande	2.000	2.081	4.081
Total	4.055	7.925	11.980

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Na posição de 31.12.2016, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 164,5 milhões (Tabela 31), contra R\$ 157,7 milhões do exercício de 2015. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras de recursos do FNE continua com a Desenbahia, com 9,4%. Todavia, referido índice melhorou, uma vez que diminuiu em 1,0 ponto percentual, relativamente ao exercício de 2015.

Tabela 31 – FNE – Instituições Repassadoras – Saldos devedores e inadimplência Exercício de 2016

Setor	Instituições repassadoras									
	AGN		AGEFEPE		BANESE		DESENBABIA		BDMG	
	Saldo devedor	% de inadimp.	Saldo devedor	% de inadimp.	Saldo devedor	% de inadimp.	Saldo devedor	% de inadimp.	Saldo devedor	% de inadimp.
Industrial	257	0	0	0	39.692	0	13.196	35,1	0	0
Rural	0	0	0	0	13.588	0	7.792	8,16	0	0
Outros	1.527	0,06	1136	0,09	5.685	0	61.408	4,06	20.207	0
Total	1.784	0,05	1136	0,09	58.965	0	82.396	9,42	20.207	0

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, no exercício de 2016, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 11 municípios da área de atuação dessas instituições, conforme distribuição constante nas Tabelas 32 e 33. Como no ano anterior, o maior volume de recursos contratado foi no

município baiano de Anagé, ao qual foram destinados 35,1% do total intermediado pelos bancos repassadores.

Tabela 32 – FNE – Instituições Repassadoras – Distribuição territorial e setorial dos recursos - Exercício de 2016

Setores/Programas	Nº de municípios atendidos
Rural	5
Comércio/Serviços	10

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Tabela 33 – FNE – Instituições Repassadoras – Contratações⁽¹⁾ por município
Exercício de 2016

Município	Valor contratado	Valores em R\$ mil
		%
Canguaretama (RN)	195	1,6
Itaporanga D'Ajuda (SE)	171	1,4
Aracaju (SE)	500	4,2
Recife (PE)	538	4,5
Gravatá (PE)	238	2,0
Chã de Alegria (PE)	360	3,0
Belmonte (BA)	406	3,4
Jaguaripe (BA)	1283	10,7
São Desidério (BA)	2000	16,7
Anage (BA)	4208	35,1
Juazeiro (BA)	2081	17,4
Total	11.980	100,0

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: Agefepe, AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

4.11 Beneficiários de primeira contratação

Conforme Tabela 34, os beneficiários que realizaram a primeira contratação durante o ano de 2016 somaram 460.203 e contrataram R\$ 3,6 bilhões, distribuídos em 161.508 operações. Relativamente ao exercício de 2015, observa-se redução na realização de operações de primeira contratação.

Tabela 34 – FNE – Contratações de beneficiários de primeira contratação - Exercício de 2015 x Exercício de 2016

Valores em mil					
2015		2016		Variação %	
Qtde. oper.	Valor	Qtde. oper.	Valor	Qtde. oper.	Valor
191.770	4.086.905	161.508	3.559.266	-15,8	-12,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O demonstrativo dos beneficiários de primeira contratação por estado, setor, tipologia, espaço prioritário e porte é apresentado na Tabela 6.A (CD ROM em anexo).

5. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES

5.1 Informações Condel / Programação

Por meio da Resolução do Condel/Sudene nº 087/2015, de 29.10.2015, foram estabelecidas as Diretrizes e Prioridades Espaciais e Setoriais para o exercício de 2016.

São ainda consideradas para efeito de aplicação dos recursos do FNE para o exercício de 2016 as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) Nº 4.423, de 25.06.2015 e Nº 4.470, de 14.03.2016 que dentre outras disposições definem a forma e os encargos financeiros e bônus de adimplência a serem operacionalizados no presente exercício, bem como a Resolução nº 089/2015, de 14.12.2015, do MI/Sudene/Condel que aprovou a Programação de aplicação dos recursos do FNE para o exercício 2016.

Em linhas gerais, a formulação dos programas de financiamento do FNE deve guardar sintonia com a PNDR, as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, o Plano Regional de Desenvolvimento e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene, representadas por:

- a) previsão de aplicação dos recursos do Fundo para os estados da área de financiamento do FNE, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região, observando o mínimo de 4,5% dos recursos disponíveis para cada estado, exceto para o Estado do Espírito Santo;
- b) tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, beneficiários do FNE, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;
- c) especial apoio a empreendimentos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;
- d) vedação à concessão de crédito para aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto: (1) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% da

capacidade de geração prevista no projeto, (2) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27.12.2012; (3) nos casos de empreendimentos de interesse de empresas/grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas; (4) nos casos de empreendimentos voltados à geração de energia por aproveitamento das fontes de biomassa; e (5) nos casos de geração de energia por pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas;

- e) vedação à aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60%, para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R\$ 16.000.000,00, exceto nos casos em que, alternativamente:
 - a. não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;
 - b. a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB);
 - c. a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Nessa perspectiva, ao final do exercício de 2016, foram contratados 84,6% dos recursos destinados aos projetos localizados nas sub-regiões prioritárias definidas pela PNDR⁶, superando a meta estabelecida de destinação máxima de 30% para municípios classificados como Alta Renda.

Nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional⁷ o volume de financiamentos superou em 37,4% os recursos programados, para o exercício de 2016, enquanto nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) o valor foi 19,5% superior à previsão, e na região semiárida, 14,6% maior, para o mesmo período.

Os mini e pequenos produtores rurais e os mini, micro, pequenos e pequeno-médios empreendimentos obtiveram financiamento na ordem de 61,0% do total contratado pelo FNE, neste exercício de 2016.

⁶ A Programação Anual do FNE prioriza o financiamento a municípios classificados pela PNDR como Baixa Renda, Média Renda Dinâmica e Média Renda Estagnada.

⁷ Águas Emendadas, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Quanto ao resultado referente aos parâmetros mínimo de 4,5% e máximo de 30% do total anual do FNE, por estado de sua área de atuação, os estados de Alagoas e Sergipe encerraram 2016 com montante de contratações inferior ao mínimo de 4,5% do total contratado, e as contratações no Estado da Bahia ultrapassaram o limite máximo de 30,0%.

O detalhamento dos valores de contratações programados e realizados, em atendimento às prioridades espaciais e setoriais, está apresentado a seguir.

5.2 Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo

5.2.1 Diretrizes

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Atendimento à PNDR	7.868,4	9.505,1	120,8
Democratização do crédito (mínimo de 4,5% por estado)	Ver item 4.3 deste Relatório que analisa as contratações por unidade da federação		
Concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, beneficiários do FNE, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR	5.743,9	6.858,4	119,4
Especial apoio a empreendimentos não governamentais de infraestrutura em abastecimento de água	160,0	397,6	248,5

O BNB reconhece a prioridade instituída aos municípios pela PNDR e, apesar do cenário restritivo, tem firmado parcerias com as Secretarias Estaduais, as representações Federais e entidades não governamentais, no sentido de operacionalizar programas de inclusão produtiva, a exemplo do Pronaf, Agroamigo, EI e MPE. O foco está em ações estratégicas no sentido de intensificar as contratações, principalmente por meio do Pronaf Semiárido, com intensa campanha de divulgação das linhas de financiamento do FNE nos municípios de sua área de atuação.

O BNB prioriza, ainda, os empreendimentos produtivos de menor porte, particularmente o segmento atendido por políticas públicas, setoriais e macroeconômicas do Governo Federal: agricultura familiar, mini e pequenos

produtores rurais, micro e pequenas empresas, uma vez que, tradicionalmente, são os que mais geram empregos e ocupações para a população local.

5.2.2 Prioridades espaciais

A. Apoio a arranjos produtivos locais:

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Atividades produtivas que congreguem e valorizem as potencialidades locais, considerando a integração e/ou complementação das oportunidades e atratividades dos investimentos.	110,0	145,9	132,6

A estiagem prolongada de cinco anos afeta a prospecção de negócios, principalmente os do Setor Rural, agravada pela conjuntura econômica, em quadro de recessão e desempregos, o que dificulta ainda mais o advento de projetos que apresentem viabilidade para contratação. Mesmo diante desse cenário, as atividades organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), por se constituírem prioridade espacial, contrataram cerca de R\$ 145,9 milhões em financiamentos, superando a meta em 32,6%.

B. Tratamento diferenciado e favorecido aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR, quais sejam:

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional	1.830,0	2.513,9	137,4
Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs)	303,0	362,1	119,5
Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica)	7.868,4	9.505,1	120,8
Projetos localizados na porção semiárida	3.660,0	4.193,2	114,6

Os espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR recebem especial atenção do BNB, haja vista a superação das metas de contratações nesses espaços diferenciados pelo Ministério da Integração Nacional, com financiamento de projetos, notadamente, nas atividades de grãos, fruticultura, bovinocultura, ovinocaprino cultura, bebidas e fumo e fibras têxteis, relacionadas ao Setor Rural.

No Setor Industrial, a indústria de mobiliário, de calçados, de farmacêuticos e defensivos agrícolas, de celulose e papel, de produtos alimentares, de produtos plásticos, de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, foram as mais financiadas.

Ressalte-se a ação mobilizadora e indutora dos Agentes de Desenvolvimento do BNB para prospecção de negócios, na participação em eventos do FNE Itinerante e no apoio às políticas públicas capazes de promover o fortalecimento das economias locais, por meio da democratização do crédito, a exemplo do Plano Brasil sem Miséria, Territórios da Cidadania, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

C. Apoio preferencial a projetos considerando:

i. Meio Rural: agricultores familiares (Pronaf), mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas, bem como empreendimentos localizados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em decorrência de seca ou estiagem, e tendo como foco a recuperação ou preservação das atividades produtivas;

ii. Meio Urbano: as micro e pequenas empresas, inclusive empreendedores individuais, ressaltando aquelas situadas em áreas interioranas.

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Atividades produtivas de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais; Atividades que, sem prejuízo de produtividade e competitividade, enfatize a geração de empregos formais e ampliação de renda	--	--	--
Pronaf	2.397,0	2.465,7	102,9
Mini e pequenos produtores rurais e micro, pequenas e pequeno-médias empresas	5.743,9	6.858,4	119,4
Associações e Cooperativas (*)	--	0,7	--

(*) Não houve programação específica para contratações com Associações e Cooperativas, no entanto, foram realizadas duas contratações com Cooperativas.

O desempenho no apoio aos agricultores familiares bem como às micro e pequenas empresas deveu-se à manutenção das taxas de juros para as operações de crédito rural, cujo público compõe-se, em grande parte, de empreendimentos de menor porte.

Alem disso, o BNB implantou ações específicas para estimular as contratações nesse segmento de empreendimentos de menor porte, principalmente, com a finalidade de capital de giro destinado à compra de insumos.

O ambiente recessivo provocou, ainda, uma redução na quantidade de projetos apresentados por empreendedores de médio e grande portes.

5.2.3 Prioridades setoriais

A. Expansão, diversificação e modernização da base econômica regional

O BNB tem implementado ações e reafirmado parcerias com órgãos governamentais e da iniciativa privada no sentido de vislumbrar oportunidades de investimento em Infraestrutura, mas o Setor também tem sofrido com o contingenciamento orçamentário para a execução dos projetos. Apesar dessa circunstância, nesse exercício de 2016, foram contratadas duas operações de saneamento básico, no Estado da Bahia, o que permitiu a superação da meta anual, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (A)

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Infraestrutura: transporte (inclusive multimodais), telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	200,0	397,6	198,8

O Setor Industrial, de maneira geral, devido ao contexto macroeconômico nacional, tem sido fortemente impactado e, nesse exercício de 2016, apresentou uma procura muito tímida por novos investimentos, levando à desistência ou à postergação de projetos que estavam em negociação com o Banco.

Com o objetivo de superar esse quadro e estimular a contratação de projetos nesse setor, o BNB adotou como estratégia a formação de parcerias com as instituições representativas das cadeias produtivas da indústria, a exemplo da Federação das Indústrias nos estados da área de atuação do FNE, Federações do Comércio,

Sebrae, governos estaduais, dentre outros, no intuito de apresentar as oportunidades que, muitas vezes advêm de uma conjuntura de crise, ressaltando-se os aspectos mais promissores da economia, evitando-se o foco na perspectiva desfavorável e ampliando-se a visão para que aqueles que querem empreender apresentem seus projetos de financiamentos produtivos.

Além disso, o BNB lançou, ainda, o Programa FNE Sol com o objetivo de estimular os investimentos em micro e minigeração distribuída de energia elétrica na Região, e o Cartão BNB para facilitar o processo de aquisição de bens e de insumos financiados pelo FNE.

No segmento da indústria química, a fabricação de produtos petroquímicos básicos e químicos orgânicos, concorreu para a contratação de R\$ 59,4 milhões, o que possibilitou ultrapassar a meta em 27,7%.

No segmento da produção de minerais não metálicos, a produção de cimento, de pisos e azulejos e de beneficiamento de mármore e granitos, bem como a produção de sal, foram as atividades mais financiadas, em torno de 77,0% dos valores contratados nessas atividades.

A fabricação de refrigerantes e refrescos, bem como o envasamento de água, e a fabricação de produtos de padaria e confeitaria, foram as atividades mais financiadas no segmento da indústria alimentar e de bebidas.

O Quadro 2 apresenta as diretrizes e a relação entre os valores programados e realizados.

Quadro 2 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (B)

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Cadeias produtivas: de veículos automotivos (inclusive veículos pesados), tratores, máquinas agrícolas, indústria naval, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais	10,0	3,2	32,0
Agroindústria e atividades complementares	380,0	175,3	46,1
Indústria química (excluindo os explosivos), cadeia petroquímica, inclusive extração, refino e transformação de petróleo e seus derivados, além de biogás	46,5	59,4	127,7
Metalurgia, siderurgia, material elétrico e de comunicações, material de transporte, produtos farmacêuticos e veterinários	242,0	156,8	64,8
Extração, beneficiamento e transformação de minerais metálicos e não metálicos, em especial empresas de pequeno e médio portes	98,5	104,1	105,7

Mecânica: fabricação de máquinas, aparelhos, equipamentos e sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle de processos produtivos e outras máquinas e equipamentos específicos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos)	20,0	28,4	142,0
Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, têxtil, confecções, inclusive artigos de vestuários	210,0	119,0	56,7
Indústria de embalagens, inclusive metálicas, plásticas e outros materiais compatíveis	10,0	29,8	298,0
Indústria de produtos alimentares e bebidas	105,0	336,5	320,5

Quanto aos setores Rural e Agroindustrial, a forte estiagem, a crise no setor sucroalcooleiro, e as condições de mercado restritivas ao investimento, continuam impactando as contratações nesses setores. O BNB permanece trabalhando na prospecção de negócios adotando como principal estratégia o estímulo à modernização como forma de superar o momento econômico nacional.

Alguma demanda por crédito na atividade da bovinocultura, motivada possivelmente, pela previsão de lucro maior com a variação das moedas de compra (dólar e euro), alavancou os financiamentos, muito embora nos próximos meses possa ocorrer uma queda da demanda, como se pode observar nas prospecções. Na região semiárida persiste a estiagem prolongada, o que desestimula parte dos produtores rurais pela falta de água nas propriedades.

Por outro lado, a MP 733 que autoriza a concessão de rebate para liquidação de dívidas de crédito rural, que podem atingir até 95%, e a repactuação de dívidas rurais, pode estimular os investimentos nas atividades agropecuárias. A certificação de zonas livres de aftosa com vacinação vem alavancando financiamento na atividade da pecuária.

A expansão do Programa Agroamigo Crescer estimulou as contratações na agricultura de sequeiro. Adicionalmente, no caso do Piauí, as contratações de custeio agrícola na área do cerrado, também dinamizaram as contratações e em Sergipe, o cultivo de milho em sequeiro tem alcançado bons resultados, motivando a contratação de valores significativos para o custeio dessa lavoura (Quadro 3).

Quadro 3 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (C)

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Pecuária: ovinocaprinocultura, bovinocultura (corte e leite), avicultura, aquicultura e pesca	2.250,0	2.630,6	116,9
Agropecuária irrigada	445,0	499,4	112,2
Agricultura de sequeiro, desde que em áreas com comprovada aptidão edafoclimática, considerando-se, inclusive, os espaços de zoneamento ecológico-econômico	1.870,0	2.056,6	110,0

O Setor de Turismo está pouco dinamizado e com considerável risco de financiamento. No entanto, o BNB continua articulando junto às representações do setor, no intuito de identificar bons projetos para financiamento. O cenário econômico retraiu novos investimentos nesse setor. Alie-se a isso, o início das atividades de algumas unidades hoteleiras que se mostraram suficientes para atender a demanda, inibindo assim, novos investimentos na atividade (Quadro 4).

Quadro 4 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (D)

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Turismo, considerados os empreendimentos hoteleiros e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos localizados em áreas vocacionadas	505,0	345,8	68,5

B. Apoio aos setores exportadores regionais

Alguns projetos específicos para exportação de produtos agropecuários tais como açúcar, óleos e gorduras, castanha de caju, bem como os produtos da indústria de calçados. Os projetos de acesso ao mercado externo são decorrentes dos financiamentos da produção industrial e agropecuária, que se encontram inibidos pelo contexto macroeconômico do país, mas que o esforço de articulação do BNB tem conseguido amenizar os reflexos (Quadro 5).

Quadro 5 – Atendimento às diretrizes e prioridades do Fundo (E)

Discriminação	Programado / Reprogramado R\$ milhões (A)	Realizado R\$ milhões (B)	Indicador (%) [(B/A)*100]
Projetos que contemplem a exportação de parte ou toda produção para o mercado externo, principalmente de bens manufaturados, em especial aqueles vinculados e/ou articulados a empreendedores de pequeno e médio portes	120,0	134,6	112,2

6. GESTÃO DO FUNDO PELO BANCO OPERADOR

6.1 Ações para estimular o financiamento

Diversas são as ações empreendidas em 2016 para estimular o financiamento na área de abrangência do FNE. Dentre elas, merecem destaque:

- a) Atuação dos assessores de microcrédito rural do Agroamigo na aplicação do Pronaf (exceto A e A/C) com recursos do FNE.
- b) Aplicação do crédito do FNE com ações e programas de modo integrado (pesquisa, assistência técnica, parcerias, capacitação, entre outras ferramentas de apoio ao desenvolvimento).
- c) Atuação dos Agentes de Desenvolvimento na estruturação de cadeias/arranjos/aglomerados produtivos.
- d) Promoção e atração de investimentos pelas Agências Extrarregionais, com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para empreendimentos na Região Nordeste.
- e) Divulgação das feiras e eventos de negócios direcionados a empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, estimulando a participação de gestores do Banco do Nordeste, com foco na prospecção de novos clientes.
- f) Realização de campanha através da Central de Relacionamento do Banco do Nordeste para divulgação do cartão FNE junto a empresas de pequeno-médio, médio e grande portes.
- g) Inclusão do Indicador de Expansão da Base de Clientes na avaliação da carteira que visa estimular a prospecção de novos clientes.

6.2 Formação de Alianças Institucionais

Distintas ações de articulação institucional foram desenvolvidas ao longo do ano de 2016 pelo Banco do Nordeste. Particularmente, em relação ao FNE, as Superintendências Estaduais exerceram papel fundamental na divulgação e consolidação dos programas, pela capacidade de articulação com governos estaduais, municipais e demais atores locais.

As articulações têm gerado diversos acordos e alianças, como os listados a seguir:

- a) Acordo de Cooperação com as Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDLs) e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), com o objetivo de oferecer as linhas de crédito para operacionalização do Cartão Empresarial Capital de Giro e Cartão BANCO DO NORDESTE.
- b) Acordo de Cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito, realizar capacitação e consultoria gerencial às empresas relacionadas a energias renováveis e eficiência energética.
- c) Ação conjunta com o Sebrae e a CDL para divulgação e Cadastramento de Fornecedores do Cartão BNB.
- d) Realização de Reunião de Lançamento do Cartão BNB, contando com a participação de representantes do governo municipal, estadual, CDL, Federação das Indústrias, SEBRAE, Imprensa Local, entre outros.
- e) Realização de Reunião de Lançamento do "FNE Sol", contando com a participação de representantes do governo municipal, estadual, CDL, Federações das Indústrias, SEBRAE, Imprensa Local, entre outros.
- f) Realização de eventos denominados FNE Itinerantes.
- g) Realização de Agências Itinerantes com o objetivo de prestar atendimento e prospectar negócios (inclusive FNE) nos municípios, sem a necessidade de deslocar-se até às agências.
- h) Realização de Reunião de Trabalho com o Governo do Estado e as Secretarias Estaduais para discutir estratégias de atuação conjunta para atração de investimentos.
- i) Divulgação permanente nos eventos das FCDLs, Federações das Indústrias, Federações de Agricultura, CDLs, Secretarias de Governo, Agências de fomento dos Estados, além da participação em feiras e demais eventos onde tem sido possível a divulgação das linhas de financiamento do BNB.
- j) Formalização de parcerias e convênios com Federações da Indústria e Comércio, com vistas a prospectar novos negócios com novos clientes.
- k) Articulação e divulgação na imprensa local para divulgação do FNE.

6.3 Ações para estimular o atendimento no Semiárido

Ações sistemáticas têm sido desenvolvidas para elevar a participação do FNE no Semiárido brasileiro, espaço presente em 10 dos 11 estados que compõem a área de abrangência do Fundo. Marcado por secas sistemáticas (caracterizadas por ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas), o Semiárido

requer esforço particular para o desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente as agropecuárias.

Por isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o BNB realiza esforços adicionais com o objetivo de estimular ações e projetos voltados para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no Semiárido. Neste contexto, projetos que pretendam se desenvolver nesse subespaço recebem atendimento prioritário do FNE, inclusive com limites de financiamento e prazos para pagamento superiores aos daqueles propostos para outras áreas nordestinas de abrangência do Fundo⁸.

Com o mesmo objetivo de elevar as aplicações do FNE no Semiárido, no ano de 2013 foi desenvolvida uma pontuação específica por eficácia e, desde então, tem funcionado como instrumento de estímulo às próprias unidades do BNB (Superintendências Estaduais e agências) para promoverem o financiamento de empreendimentos localizados no Semiárido de suas áreas de jurisdição.

O FNE Itinerante é outro instrumento utilizado pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Seu objetivo é promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no setor de comércio e serviços. Os municípios prioritários são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente em relação ao Semiárido.

Criado em 2010, o instrumento já permitiu a realização de 747 eventos, 501 deles no Semiárido, o que corresponde a 67,1% do total (Tabela 35). Em 2016 foram realizados 214 eventos desse tipo, dos quais 144 (67,3%) em municípios do Semiárido.

A avaliação positiva dos eventos tem motivado sua continuidade e ampliação para outros municípios ano a ano, conforme apresentado na Tabela 35.

⁸ Cabe ressaltar que desde a aprovação da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros, o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com essa prerrogativa, em 2013 (30/12/2013), a Resolução CMN nº 4.297 definiu um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independente da localização do empreendimento financiado. Portanto, nesse particular, todos os empreendimentos podem ser beneficiados, mesmo que localizados fora do Semiárido.

Tabela 35 – Eventos do FNE Itinerante realizados na área de atuação do BNB – 2010-2016

Quantidade de eventos	Ano							Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
No Semiárido	9	41	57	84	59	107	144	501
Fora do Semiárido	2	24	11	16	41	82	70	246
Total	11	65	68	100	100	189	214	747

Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Outras iniciativas importantes no Semiárido em 2016:

- a) Expansão do programa Nordeste Exportação (Nexport) a empresas do Semiárido. Foi aprovada pela Diretoria do BNB, em sintonia com as diretrizes do Governo Federal de estímulo às exportações e à geração de divisas, a ampliação das condições do Nexport. O objetivo principal é expandir o seu alcance para empresas exportadoras de grande porte localizadas no Semiárido. No ano de 2016, o Programa contratou 35 operações, totalizando o volume de R\$ 86.920,5 mil.
- b) Promoção de eventos nos estados para alavancar atividades econômicas no Semiárido. Objetivando fortalecer cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e, conseqüentemente, impulsionar os respectivos financiamentos, o BNB organiza e participa, frequentemente, de eventos para discutir dificuldades, desafios e medidas para incentivar a ampliação do mercado para atividades econômicas desenvolvidas no Semiárido. Por ser o Banco do Nordeste uma instituição financeira de desenvolvimento regional, articulam-se parcerias com diversas instituições para complementação de ações. Além disso, o processo permite a interação de ações creditícias e supletivas no âmbito do próprio Banco.
- c) Estímulo a propostas de convivência com o Semiárido que contribuem para o aumento da produtividade e da competitividade de atividades potenciais e aumento da renda das famílias.
- d) Eventos de intercâmbio de experiências de sucesso com as cisternas de produção. Tais eventos são consequência de articulações institucionais e resultam em capacitação de potenciais clientes e divulgação de produtos e serviços do BNB, gerando oportunidades de financiamento para atividades produtivas na área de abrangência do FNE⁹. A operacionalização acontece por intermédio de um contrato de prestação de serviços firmado entre o BNB e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, objetivando construir cisternas para consumo humano (primeira água) e produção (segunda água),

⁹ Especificamente sobre as cisternas, trata-se de um programa que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), dentro da ação Água para Todos, criou o Programa Cisternas, que por suas características, apresenta aderência e caráter de complementaridade aos programas de financiamento do BNB como o Agroamigo, o Pronaf e outros programas, voltados para mini e pequenos produtores rurais. Saliente-se que o Programa Cisternas promove a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o Semiárido.

em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Esse contrato marcou a inserção do BNB no Programa Cisternas¹⁰. No acumulado, em 2016 foram capacitadas 24.680 famílias e construídas 20.996 cisternas (19.647 de primeira água e 1.349 de segunda água).

- e) Novo modelo de atuação do Agente de Desenvolvimento. Embora com atuação sobre todo o território de jurisdição do BNB, o Agente de Desenvolvimento exerce papel fundamental no esforço de estimular e elevar a participação do FNE no Semiárido brasileiro. Mudanças recentes no modelo de atuação desse Agente reforçam este papel, principalmente porque toma como base os territórios. Essa aproximação do BNB com instituições, atores e realidades locais facilita a articulação e a construção de alianças para a implementação de planos de ação territorial¹¹. Com isso, ampliam-se as possibilidades de estruturação e financiamento de projetos sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Concebido em 2015, o novo modelo de atuação passou por fase de teste durante o ano de 2016, com a implantação de 21 projetos pilotos que contemplam as atividades prioritárias estabelecidas pelos Conselhos Territoriais e de acordo com o plano de ação de cada um¹². Para o ano de 2017 está prevista a ampliação dos trabalhos para mais 50 territórios da área de abrangência do Banco do Nordeste.

Enfim, na qualidade de instituição de desenvolvimento regional, ações e instrumentos diversos têm sido utilizados pelo BNB visando criar as condições ideais para o financiamento do setor produtivo em sua área de atuação. O esforço particular em relação ao Semiárido deve-se ao fato de ser esse o território menos desenvolvido e, por conseguinte, o que sofre da maior carência em infraestrutura de produção e fontes de financiamento.

¹⁰ O Programa Cisternas é uma iniciativa do Governo Federal e tem como objetivo principal universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais atendidas por sistemas deficitários de abastecimento de água ou que recebam abastecimento difuso.

¹¹ Inclusive os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Territoriais, na perspectiva da organização, fortalecimento e elevação do patamar de competitividade das atividades econômicas priorizadas por tais Conselhos.

¹² Como exemplo, pode-se citar o trabalho de desenvolvimento no território de Sobral, composto por 5 municípios (Irauçuba, Miraíma, Sobral, Santana do Acaraú e Cariré). Ali, o plano de ação prioriza a atividade de bovinocultura leiteira e envolve cerca de 150 produtores, com a expectativa de aumentar em 25% a produtividade (litros de leite/matriz/dia) do rebanho bovino em três anos.

6.4 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Além da preocupação com o incremento da aplicação dos recursos no Semiárido, ações têm sido desenvolvidas para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR, priorizando os beneficiários de menor porte e buscando novos clientes. Dentre as ações, merecem destaque:

- Limites de financiamento diferenciados para operações de investimento: maiores percentuais para as áreas de menor renda e de menor dinamismo; limites especiais para o financiamento de empreendimentos localizados no Semiárido e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs.
- Limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado: maior limite para mutuários localizados no Semiárido, municípios de baixa renda e RIDEs;
- Municípios de tipologias consideradas prioritárias pela PNDR (Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica) contemplados em 100% dos eventos do FNE Itinerante.
- Monitoramento da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR (Semiárido, municípios de tipologias consideradas prioritárias, mesorregiões e RIDEs), a partir de acompanhamentos semanais/mensais/semestrais, com vistas a subsidiar as decisões negociais em âmbito estratégico e operacional visando ao cumprimento das metas estabelecidas¹³.
- Ações de mobilização e negociais em municípios considerados de Baixa Renda, de Renda Estagnada e Dinâmica, para prospecção e contratação pelas agências com supervisão das Superintendências Estaduais. Com isso, busca-se a realização do mínimo de 50% do total de ingressos de recursos em contratações no Semiárido e do mínimo de 70% das disponibilidades gerais nos municípios. Tal esforço tem sido fundamental para o cumprimento das metas anuais.

¹³ Esse processo tem gerado uma interface de recortes periódicos entre Direção Geral (Superintendência de Políticas de Desenvolvimento) e unidades de negócios (Superintendências Estaduais e Agências), na qual são analisados a evolução das aplicações, o cenário conjuntural e as dificuldades para o alcance das metas propostas.

7. ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MACROECONÔMICOS

7.1 Estimativa de impactos dos financiamentos do FNE em 2016, considerando a Matriz de Insumo-Produto Regional

7.1.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto (2016)

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer, de forma detalhada, os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de quais setores são comprados esses insumos, e de quais estados ou regiões do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

O SIIPNE, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre todos estados do País, abertos em sessenta zonas. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com o SIIPNE, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste, do Norte do Espírito Santo e do Norte de Minas Gerais, e integrá-los à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief¹⁴. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Na construção do SIIPNE, são considerados zonas e setores econômicos.

Foram consideradas 60 zonas, assim determinadas: (1) pelos estados nordestinos subdivididos em áreas menores, computando 38 zonas; (2) pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, divididos em três zonas (uma vez que interessa ao Banco as porções norte de cada um desses estados por constituírem sua área de atuação); e (3) os outros 16 estados brasileiros, considerados de maneira agregada, ou seja, formados por apenas uma zona cada um.

Compõem o SIIPNE 82 setores econômicos, perfazendo, apenas no que diz respeito aos insumos intermediários, uma sub-matriz de 4.920 linhas e 4.920 colunas. O SIIPNE utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, e de outras fontes estaduais, mas o valor da produção deduzido o consumo intermediário de cada estado, converge para o PIB estadual do ano em questão.

¹⁴ Wassily Leontief, recebeu o prêmio Nobel de economia de 1973, pelo desenvolvimento da matriz de insumo-produto. O modelo tornou-se um instrumento essencial para o planejamento.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente no médio ou no longo prazo.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um determinado ano, os impactos serão, principalmente, dentro desse ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores, os impactos são residuais.

O SIIPNE, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com ele, é possível estimar os impactos dos financiamentos concedidos no âmbito do FNE, no valor bruto da produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos Estados da área de atuação do FNE, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP (SIIPNE), para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor dos financiamentos, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles somarão o valor total financiado. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário considerar:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender ao aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender a todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido

pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência, uma vez que não seguir o padrão do setor, significaria perder competitividade. As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão à atividade em que ocorreu aumento da demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidades de se detectar o volume de emprego e a sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser detalhado por qualificação ou por outras características, como, por exemplo, a formalização do emprego. Pode-se inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou por novas contratações decorrentes do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem no efeito induzido.

7.1.2 Impactos socioeconômicos do FNE na área de atuação do Banco do Nordeste – Contratações no primeiro semestre de 2016

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, referem-se às contratações nos estados nordestinos, assim como no Norte do Espírito Santo e no Norte de Minas Gerais.

Considerando apenas os efeitos dentro da área de atuação do Banco do Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2¹⁵, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 23,1 bilhões, em decorrência dos

¹⁵ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

financiamentos realizados no ano de 2016¹⁶. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 52,5% desse valor, ficando o setor de Comércio como segundo em participação, 19,8% e o setor industrial com 13,8%, em terceiro.

O valor agregado (renda) à economia da área de atuação do Banco do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da parcela do PIB da Região¹⁷, decorrente dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 13,8 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 7,5 bilhões. Os resultados nos setores Comércio, Serviços e Industrial também são expressivos (Tabela 36).

Tabela 36 – Repercussões econômicas das contratações do FNE em 2016¹ - R\$ milhões e empregos em número de pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Total
Valor Contratado	2.984,1	2.908,1	175,3	1.468,6	397,6	2.210,1	1.096,6	11.240,5
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB								
Valor Bruto da Produção	6.224,0	5.905,8	228,6	3.189,9	811,6	4.584,1	2.171,4	23.115,3
Valor Agregado/ Renda	3.888,1	3.622,7	95,1	1.431,8	517,1	2.919,8	1.305,1	13.779,8
Empregos	237.581	366.577	5.450	55.212	12.817	148.898	51.294	877.829
Salários	882,5	1.146,0	31,8	470,2	152,4	1.017,7	423,8	4.124,5
Tributos	405,1	449,4	21,9	340,0	121,5	211,3	170,3	1.719,6
Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	12.056,6	11.647,7	458,3	6.174,6	1.566,9	8.741,4	3.211,2	43.856,7
Valor Agregado/ Renda	6.585,3	6.263,2	200,7	2.822,1	869,5	4.874,6	2.230,5	23.846,0
Empregos	291.309	421.780	7.711	82.490	19.798	187.958	69.709	1.080.754
Salários	1.815,8	2.054,8	67,7	951,5	275,7	1.700,2	746,1	7.611,8
Tributos	982,6	1.023,1	43,5	631,3	197,5	625,9	369,8	3.873,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene – Célula de Macroeconomia.

1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (SIIPNE), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes de 2016.

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 878 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas ou mantidas na área de atuação do Banco do Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2016. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo das cadeias de produção, essas novas ocupações serão criadas ou mantidas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a

¹⁶ A suposição é que as contratações do ano de 2016 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

¹⁷ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o ano de 2016, indicam uma entrada de 2.240 mil novas ocupações na área de atuação do Banco do Nordeste. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, representam 39,2% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED¹⁸. Do total estimado de novas ocupações a partir dos financiamentos do FNE, cerca de 604 mil ocupações deverão ser geradas ou mantidas apenas no Setor Rural, representando 68,8% dos empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano¹⁹, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos estimados serão mantidos durante o período de um ano.

Todavia, cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno, comparado com os demais setores da economia.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na área de atuação do Banco do Nordeste, totalizam R\$ 4,1 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 2,0 bilhões, representando 49,2% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio, 24,7% e a Indústria com 11,4% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na área de atuação do Banco do Nordeste, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,7bilhão, com destaque para os setores Rural, Indústria, Comércio e Serviços.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração ou manutenção de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos (que necessitam de mão de obra mais qualificada e mais cara). Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na área de atuação do Banco do Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de R\$ 8.363,00 gera um emprego

¹⁸ Cabe salientar que o FNE é um dos instrumentos de maior aporte de recursos para o financiamento da Região.

¹⁹ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

ou ocupação no Setor Rural²⁰. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 20.085,00 na infraestrutura, R\$ 18.491,00 na Indústria, R\$ 11.759,00 em Comércio, R\$ 14.916,00 nos Serviços, R\$ 13.503,00 na Agroindústria e R\$ 10.401,00 na média das contratações. A maior relação se dá nos Setores mais intensivos em capital, a Infraestrutura e a Indústria. O Setor de Serviços é o terceiro com maior custo para a geração de um emprego, pois é o setor onde se observa, nos últimos anos, o maior aumento de salários (Tabela 36).

7.1.3 Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE, na área de atuação do Banco do Nordeste, ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender aos acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como por parte da demanda final na área de atuação do Banco do Nordeste. Esses impactos são captados, no SIIPNE, por meio dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção decorrentes de novos investimentos, principalmente no valor bruto da produção e nos tributos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que para impactos totais de R\$ 43,9 bilhões na produção, estimados para o País, R\$ 20,7 bilhões (47,3%) ocorrem fora da área de atuação do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.081 mil de novas ocupações ou a manutenção delas, 18,8% devem ser geradas fora da área de atuação do Banco (Tabela 33). Com relação à geração de tributos, de um total de R\$ 3,9 bilhões, R\$ 2,2 bilhões (55,6%) são tributos enviados para fora da Região. Este fato aponta para uma estrutura tributária concentrada em tributos federais. Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento da área de atuação do Banco do Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe em circulação na economia local, indicando baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e de bens de capital para suas empresas,

²⁰ Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 10.600,00 e R\$ 6.818,00, respectivamente. O valor para a agricultura é maior em função de que 60,5% dos empregos gerados são nas atividades de soja, milho e algodão, que têm uma intensidade tecnológica maior que a de outras atividades da pecuária. A bovinocultura representa 67,3% das contratações da pecuária. Se agregarmos a ovinocultura, a suinocultura, a avicultura e a caprinocultura, esta participação passa a 95,9% das contratações da pecuária.

seja na forma de produtos para atender à demanda para consumo de sua população.

7.2 Contribuições do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o crescimento econômico, geração de emprego e renda

7.2.1 Introdução

Os fundos constitucionais de financiamento das regiões Nordeste - FNE, Norte - FNO e Centro-Oeste - FCO foram instituídos pelo Artigo 159 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. O FNE tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais por meio do financiamento de longo prazo às firmas localizadas em sua área de atuação, sendo o Banco do Nordeste – BNB o responsável pela operacionalização do Fundo. Além disso, o Fundo também visa à redução da desigualdade dentro da própria região ao destinar 50% das transferências para empreendimentos localizados no Semiárido.

A importância do FNE para a Região tem se refletido na literatura sobre desigualdade regional, podendo ser considerada uma agenda de pesquisa devido à quantidade de estudos e à variedade de métodos quantitativos aplicados para estimar o impacto do Programa na redução da desigualdade²¹ (IRFFI, 2015).

A literatura de avaliação mostra diversas alternativas para estimação do impacto de um Programa. As abordagens mais comuns para identificação de resultados de um Programa consideram duas abordagens distintas: i) a primeira, baseada em métodos de avaliação, possui enfoque microeconômico; ii) a segunda, construída a partir da literatura de crescimento econômico, possui enfoque macroeconômico.

Para estimar o impacto do FNE nos municípios localizados na área de atuação do BNB, pretende-se utilizar esta segunda abordagem que apresenta como principais referências os Relatórios de Pesquisa do Ipea (2015), (2013) e Resende (2010), que procuram estimar o impacto do FNE nas taxas de crescimento do PIB *per capita* municipal. IRFFI; ARAÚJO; BASTOS (2016) também procuram aferir se o FNE possui efeito positivo sobre o PIB *per capita* dos municípios. Os autores ampliam a análise da economia municipal ao realizarem a estimação do impacto do FNE no número de postos de trabalho no município.

Esse artigo avança em relação aos trabalhos acima por utilizar a série do PIB com a última mudança metodológica, ao ampliar o período de análise e também ao realizar

²¹ O Relatório de Pesquisa 2013 traz um quadro resumo das principais avaliações do FNE, p.8.

desagregações por estado, tipologia e mesorregião da PNDR, além da região climática. Nesse sentido, pretende-se analisar o impacto do FNE no crescimento do PIB *per capita* e no emprego, em que o primeiro exercício é estimar as correlações entre as contratações do Fundo e variáveis representativas da atividade econômica. Num segundo momento, pretende-se estimar os impactos do FNE sobre essas variáveis, considerando cada um dos recortes já mencionados.

Neste primeiro exercício de avaliação de impacto do FNE, o objetivo é identificar a existência de uma correlação entre as contratações do Fundo e as seguintes variáveis, considerando os recortes indicados anteriormente:

- ✓ PIB *per capita* municipal;
- ✓ Postos de trabalho formais no município;
- ✓ Massa salarial no município; e
- ✓ Salário médio no município.

A escolha das variáveis de impacto acima foram escolhidas por captarem o efeito geral do FNE sobre a economia, independentemente do programa de financiamento, do setor de atividade e do porte do beneficiário, estando em linha com a metodologia de avaliação do Fundo (SOUZA *et al*, 2010).

7.2.2 Caracterização das contratações no período (2003 a 2014)

Os Gráficos 6, 8, 9 e 10 apresentam a distribuição das contratações acumuladas do FNE de 2003 a 2014 nos vários recortes espaciais que deverão ser avaliados.

No Gráfico 6, observa-se que os estados líderes em contratações são Bahia (24,5%), Ceará (14,9%) e Pernambuco (14,6%). Historicamente, esses estados são os que mais captam recursos devido ao tamanho das suas economias (representado pelo PIB) também serem as maiores da área de atuação do FNE. Observa-se que os seus pesos nas contratações são muito próximos à representatividade de seus PIBs na Região (Gráficos 6 e 7).

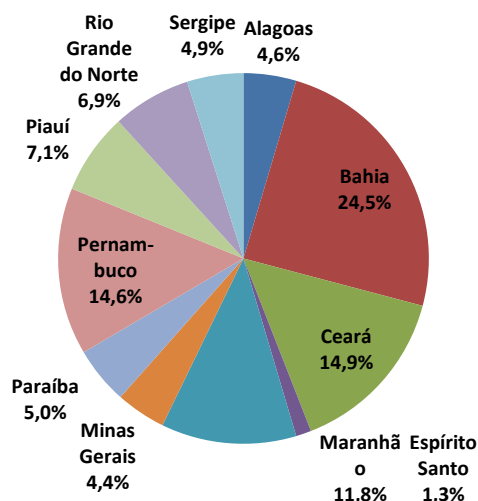


GRÁFICO 6 – Distribuição das contratações do FNE por estado entre 2003 e 2014.

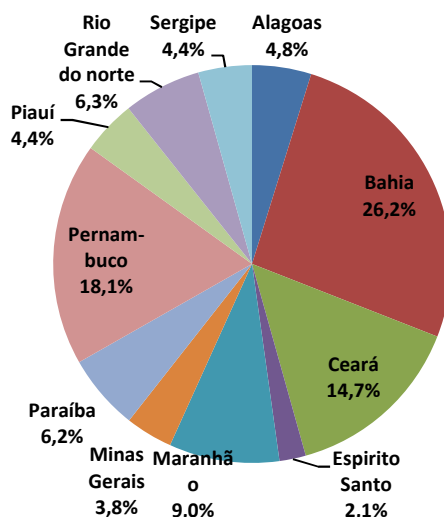


Gráfico 7 – Representatividade do PIB estadual em relação ao PIB do Nordeste, 2014.

Quanto ao Gráfico 8, percebe-se que a tipologia com maior volume de recursos contratados foi a média renda estagnada (34,44%) seguida das tipologias de média renda dinâmica e alta renda. Soares *et al* (2014) ao proporem uma metodologia de avaliação de eficiência do FNE identificaram que a tipologia média renda estagnada era a que apresentava o maior nível de eficiência quanto à geração de emprego, indicando que a maior concentração de aplicação na tipologia média renda estagnada está alinhado ao objetivo do Fundo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

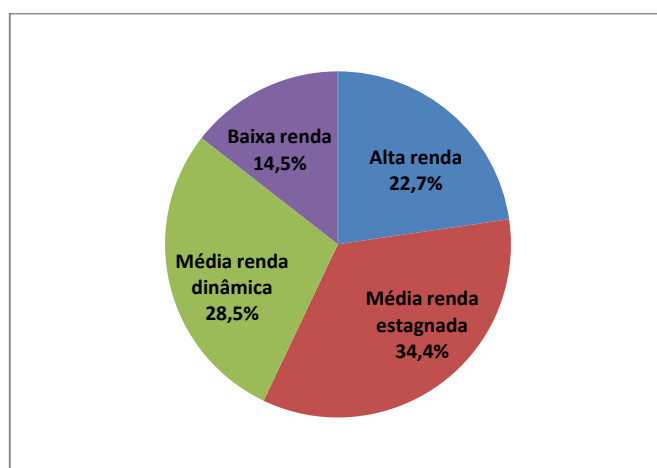


GRÁFICO 8 – Distribuição das contratações do FNE por tipologia entre 2003 e 2014

Ao longo do período em análise, foram destinados 64,6% dos recursos contratados para municípios localizados fora da Região Semiárida, enquanto os localizados no Semiárido foram beneficiários de 35,4% dos recursos (Gráfico 9). Vale ressaltar que essa proporção não tem relação com a alínea c, do parágrafo I, do artigo 159 da Constituição Federal que trata do FNE, a qual assegura que metade dos novos ingressos devem ser direcionados à Região Semiárida. Isso, porque, no caso específico dos valores contratados, estes são formados tanto pelos novos ingressos

(transferências da União) quanto pelos valores dos reembolsos de operações que representam os pagamentos realizados pelas empresas.

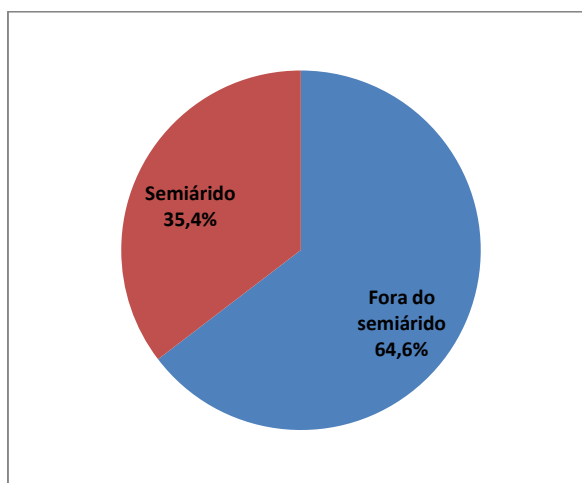


GRÁFICO 9 – Distribuição das contratações do FNE por região climática entre 2003 e 2014

O quarto recorte pretende avaliar o impacto do FNE nas mesorregiões da PNDR. A distribuição das contratações entre 2003 e 2014 está representada no Gráfico 10 e mostra que a mesorregião que mais captou recursos foi a Chapada das Mangabeiras com 26,5% de participação, seguida das mesorregiões Chapada do Araripe e Vale do Jequitinhonha e Mucuri. As análises de impacto do FNE neste recorte representam um grande desafio, à medida que as mesorregiões apresentam características bastante diversas, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto das condições edafoclimáticas.

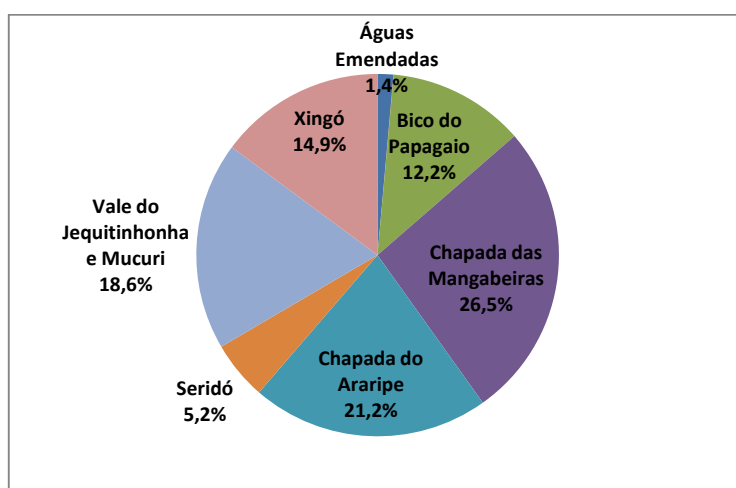


Gráfico 10 – Distribuição das contratações do FNE por mesorregião da PNDR entre 2003 e 2014

7.2.3 Estratégia empírica

Inicialmente, este estudo mensurou a relação entre as variáveis que representam a economia municipal (PIB per capita municipal, postos de trabalho no município, massa salarial no município e salário médio no município) e a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003, conforme apresentada na “Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) entre 2004 e 2010”²². Essas relações sugerem, inicialmente, a existência de relações lineares positivas entre atividade econômica e FNE. A relação entre a taxa de crescimento do PIB per capita e a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 foi, entretanto, a mudança de metodologia pela qual passou o PIB, a ampliação do período de análise (2003 a 2014), e a inclusão das variáveis relacionadas ao emprego (estoque, massa salarial e salário médio), bem como as recortes propostos (estado, região climática, mesorregião e tipologia da PNDR) justificam o exercício de atualização e ampliação desse trabalho.

Desse modo, a primeira parte do trabalho consiste na construção de gráficos para testar a relação entre a proporção do FNE total (acumulado) de 2003 a 2014 em relação às taxas de crescimento anual média do PIB *per capita*, do emprego, da massa salarial e do salário médio²³. Essa análise de correlação simples pretende mostrar a existência de relação positiva entre os empréstimos e as taxas de crescimento econômico no período para os recortes propostos.

a. Recorte municipal

Os Gráficos 11, 12, 13 e 14 testam a relação entre a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita*, a taxa de crescimento média anual do emprego, a taxa de crescimento média anual da massa salarial e a taxa de crescimento médio anual do salário médio, respectivamente.

As correlações entre variáveis mostram a existência de correlações positivas entre: FNE e PIB *per capita* (0,2098), FNE e emprego (0,1474), FNE e massa salarial (0,1675) e FNE e salário médio (0,0607). Como a correlação do salário médio foi muito baixa, optou-se por excluí-la das análises de correlação no âmbito dos outros recortes.

Nos gráficos é possível também identificar que esses possíveis impactos sejam diferentes em magnitude, como mostra Soares *et al* (2014). O autor utilizou a metodologia de *propensity score matching* para avaliar o impacto do FNE na geração de emprego, massa salarial e salário médio. Os resultados evidenciaram

²² RESENDE, Guilherme Mendes. Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) entre 2004 e 2010. Brasília: IPEA, 2013.

²³ Todos os valores monetários foram atualizados para dezembro de 2015 pelo IGP-DI.

que o maior impacto foi observado na massa salarial, uma vez que as empresas que contrataram recursos do FNE apresentaram massa salarial 45,2 pontos percentuais acima das empresas com características semelhantes, mas que não obtiveram financiamentos do Fundo (p.45).²⁴

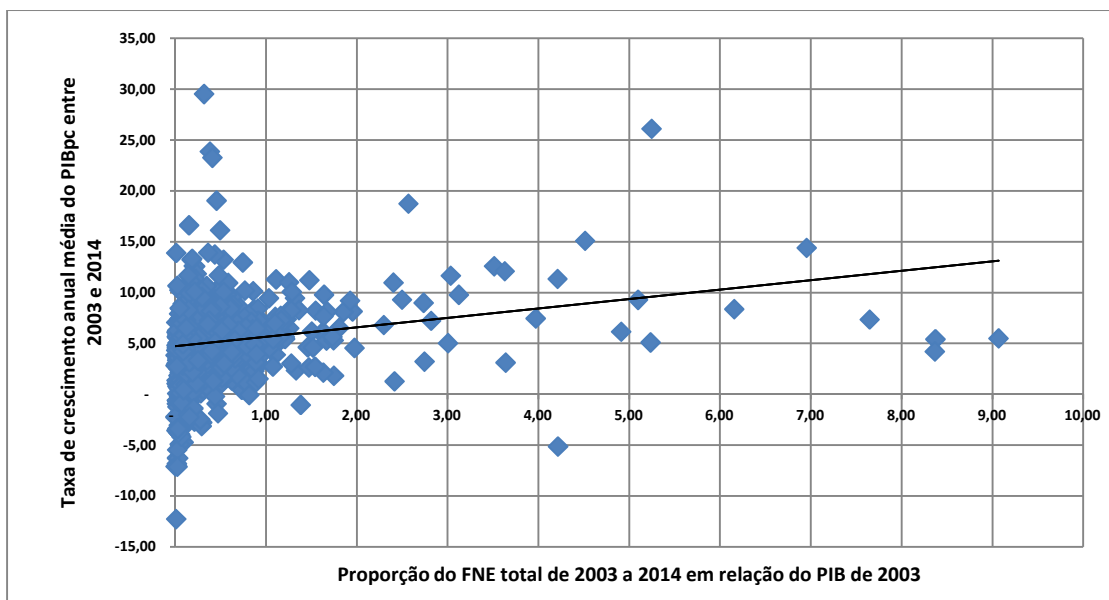


Gráfico 11 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014)

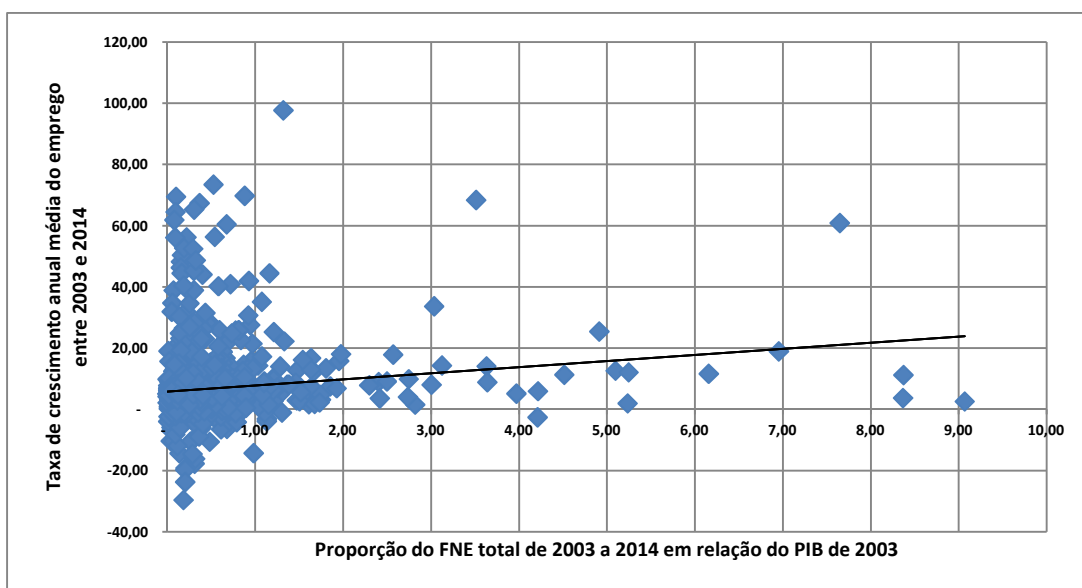


Gráfico 12 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014)

²⁴ As metodologias têm propósito diferente, mas os resultados de maior magnitude nessa variável sinalizam a importância do FNE para a mesma.

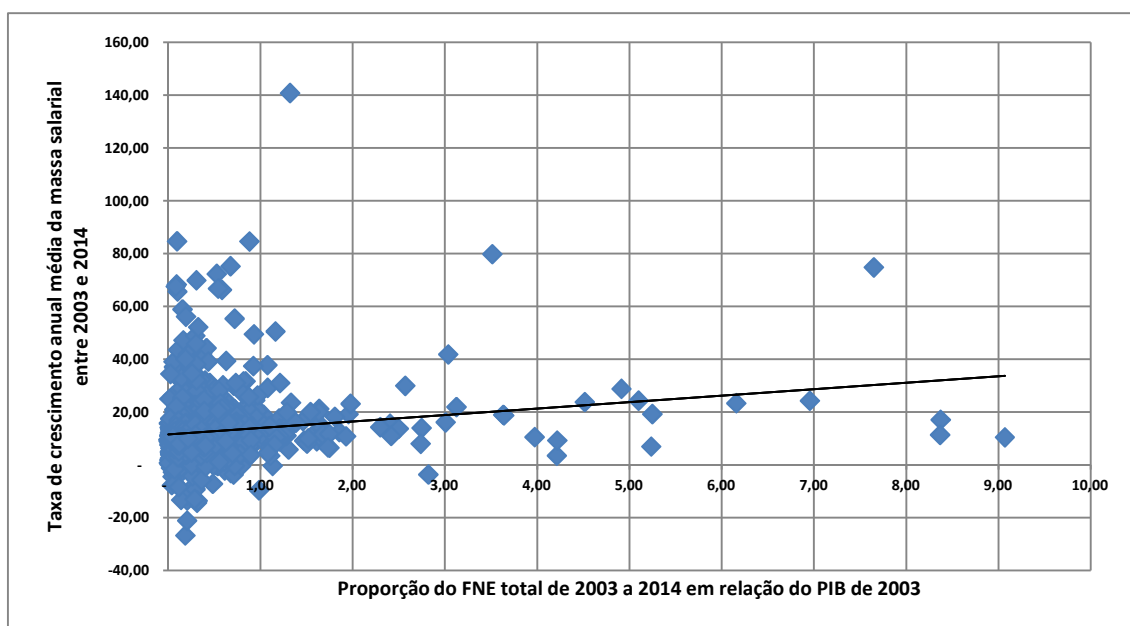


Gráfico 13 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014)

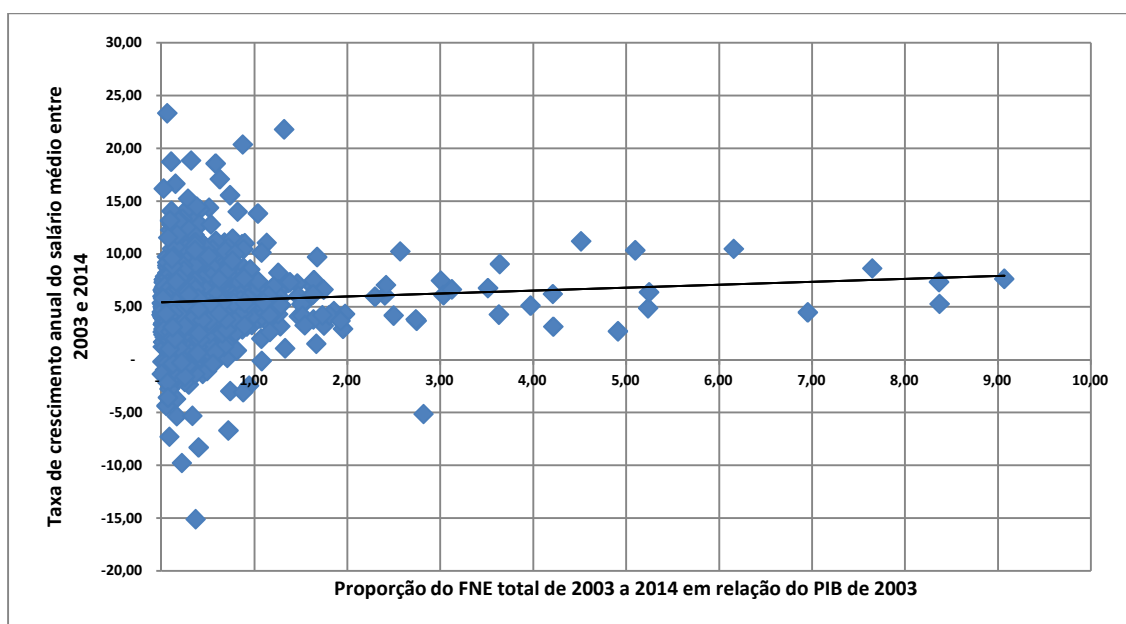


Gráfico 14 – Crescimento do salário médio X contratações do FNE na escala municipal (2003-2014)

As Figuras 1, 2, 3 e 4 mostram os mapas com a distribuição municipal da proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003, da taxa de crescimento anual média do PIB per capita, da taxa de crescimento anual média do emprego e da taxa de crescimento da massa salarial, respectivamente.

Utilizando-se a Figura 1 como referência, pode-se observar que as manchas de cores mais claras (cores branco e laranja claro), isto é, aquelas onde a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 são menores, percebe-se que são muito semelhantes às manchas das Figuras 1, 2 e 3, onde as cores mais claras

representam menores taxas de crescimento médio anual do PIB per capita, da geração de emprego e da massa salarial.

Interessante observar, ainda, a semelhança entre as manchas das Figuras 3 e 4. A Figura 3 representa a distribuição da taxa média de crescimento do emprego, enquanto a Figura 4 apresenta a distribuição da taxa média de crescimento da massa salarial. Essa semelhança sugere que o crescimento da massa salarial pode ser explicado, em parte, pelo crescimento do nível de emprego nos municípios.

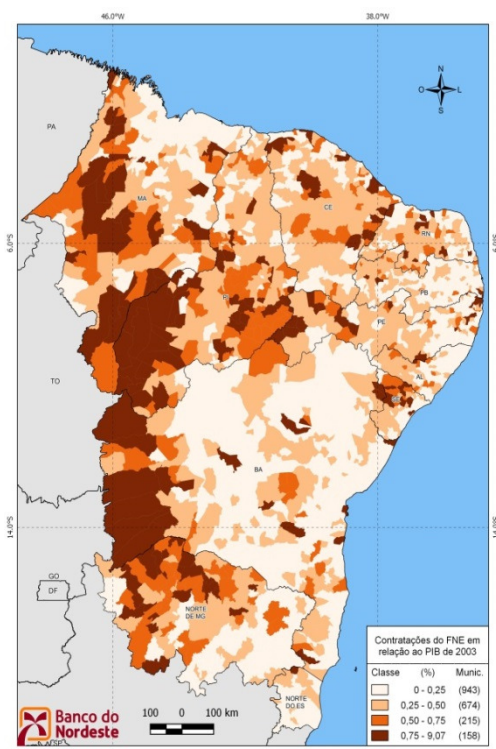


Figura 2 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 em escala municipal

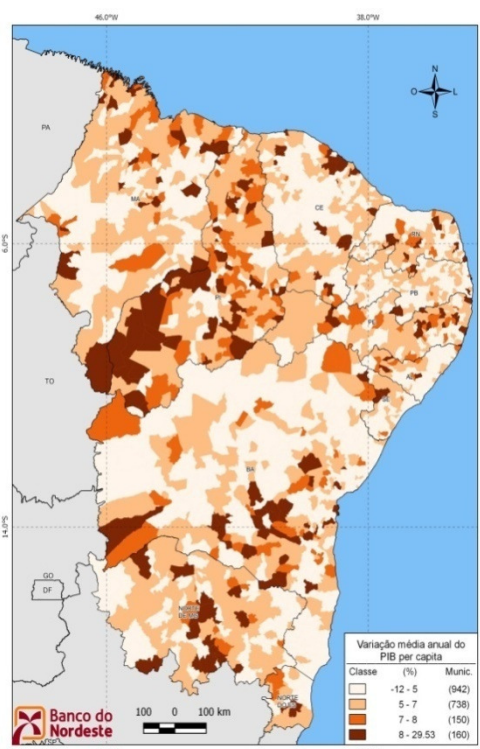


Figura 1 – Variação média anual do PIB per capita

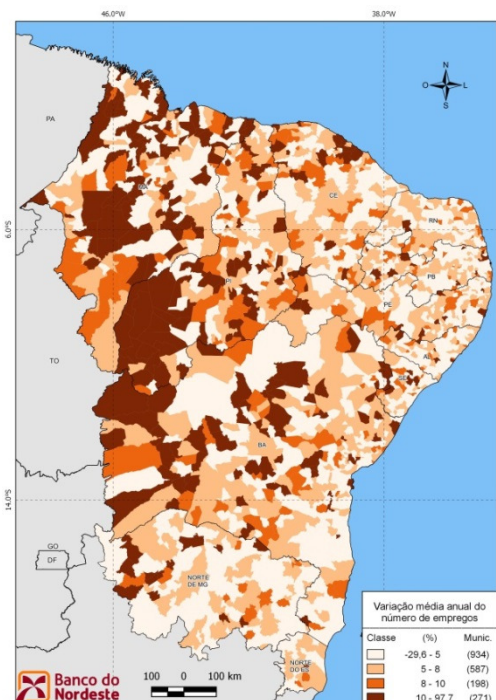


Figura 4 – Variação média anual do número de empregos

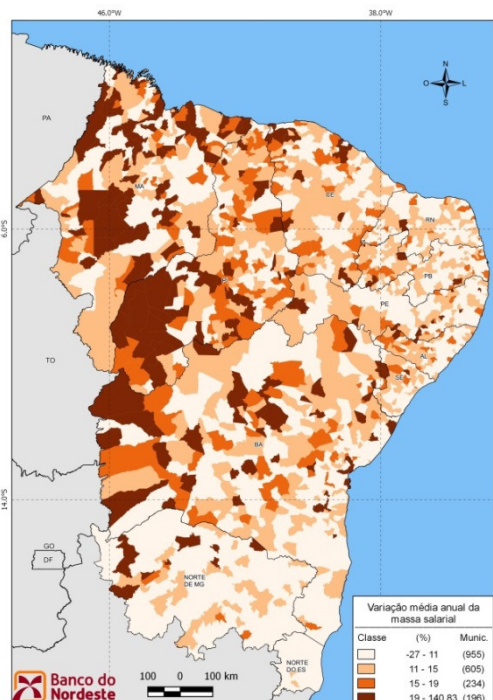


Figura 3 – Variação média anual da massa salarial

b. Recorte estadual

Nos recortes estaduais, as correlações positivas entre a variável proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e a taxa de crescimento anual média do PIB *per capita* (0,6828), a taxa de crescimento anual média do emprego (0,4904), a taxa de crescimento da massa salarial (0,7536) são bastante expressivas. Visualmente, essa correlação pode ser observada nos Gráficos 15, 16,e 17.

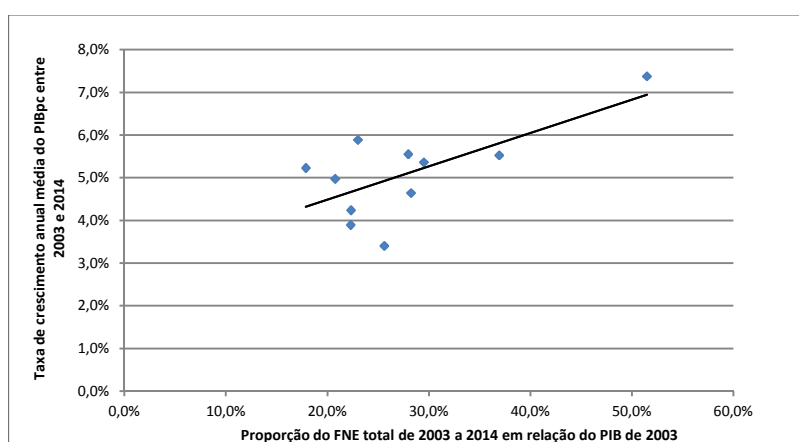


Gráfico 15 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)

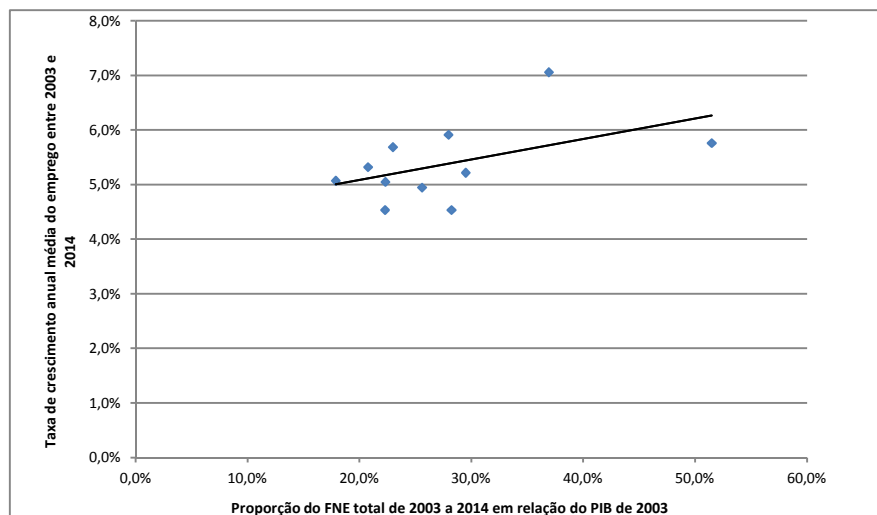


Gráfico 16 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)

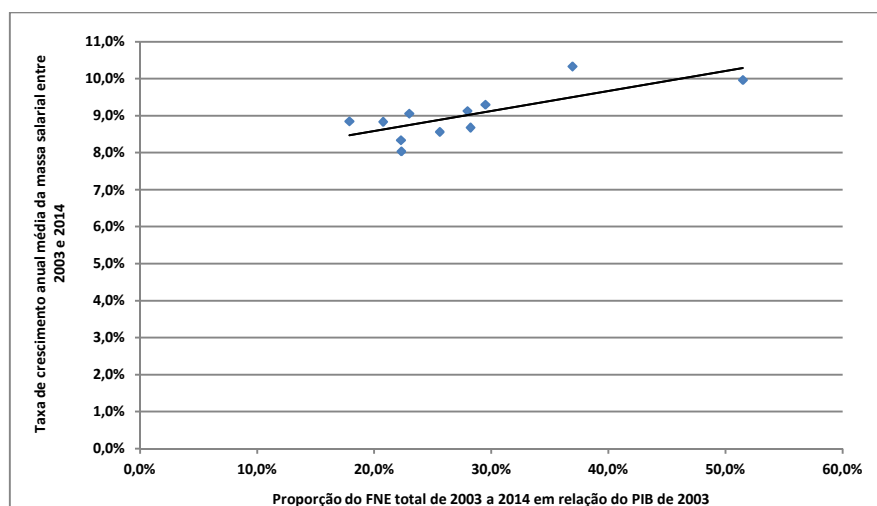


Gráfico 17 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala estadual (2003-2014)

A Figura 5 apresenta a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003, enquanto as Figuras 6, 7 e 8 apresentam, respectivamente, as taxas de crescimento médio anual do PIB *per capita*, da geração de emprego e da massa salarial. Pode-se observar que as manchas que representam maiores proporções do FNE em relação ao PIB são muito semelhantes às manchas apresentadas na Figura 6 para simbolizar maiores taxas de crescimento do PIB *per capita*. As mesmas relações podem ser estendidas às variáveis da taxa de crescimento do emprego e da massa salarial (Figuras 7 e 8).

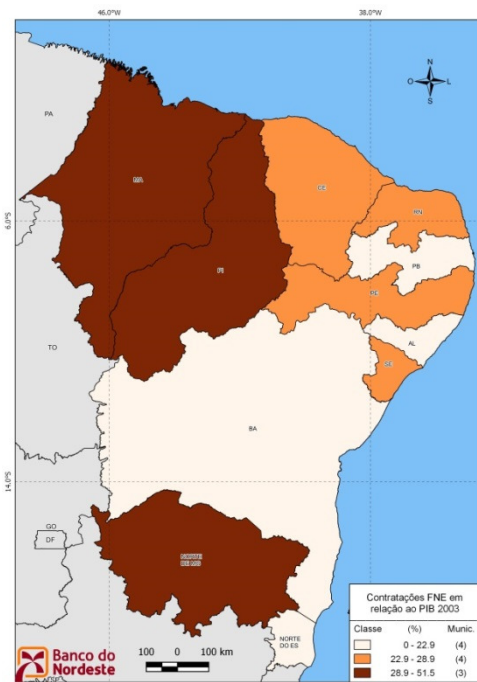


Figura 5 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003

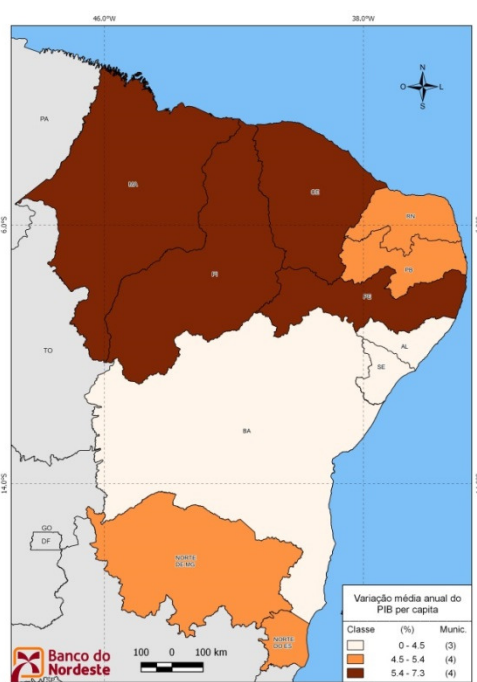


Figura 6 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual do PIB per capita

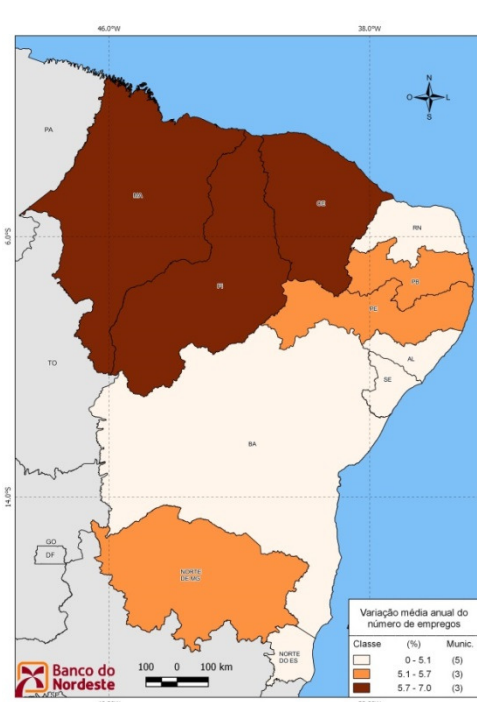


Figura 8 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual do número de empregos



Figura 7 – Contratações do FNE de 2003 a 2014 em relação à variação média anual da massa salarial

c. Recorte por mesorregiões e tipologias da PNDR

Na escala mesorregional da PNDR, observa-se a existência de correlações positivas entre a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e à taxa de crescimento anual média do PIB *per capita* (0.6732), a taxa de crescimento anual média do emprego (0.7802) e à taxa de crescimento da massa salarial ainda mais forte expressiva (0.8732) (Gráficos 18, 19 e 20).

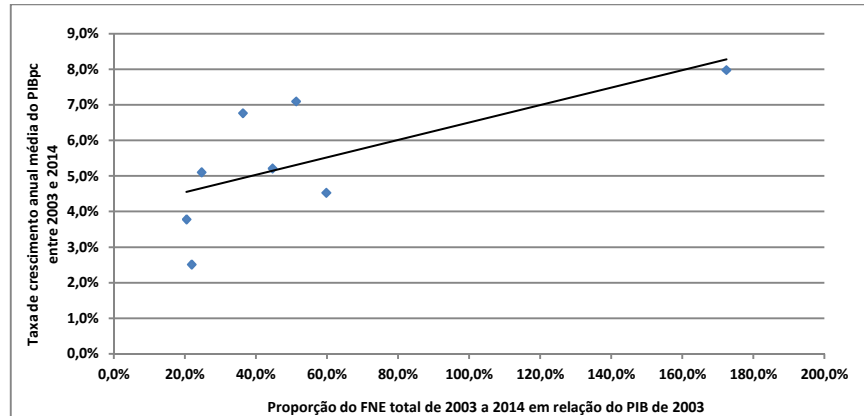


Gráfico 18 – Crescimento econômico X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)

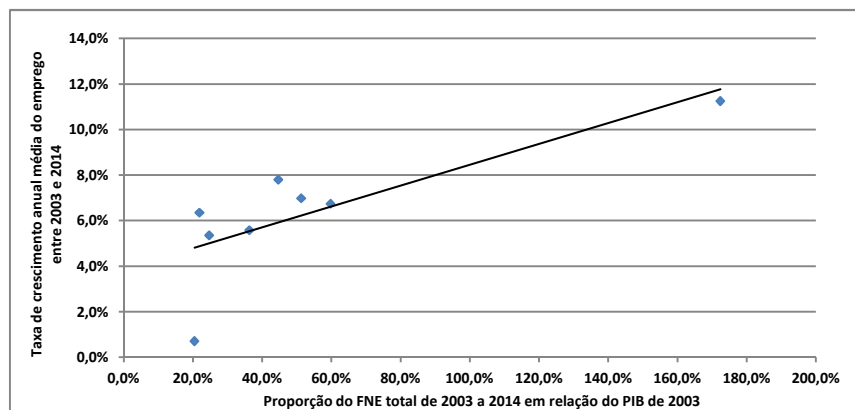


Gráfico 19 – Crescimento do emprego X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)

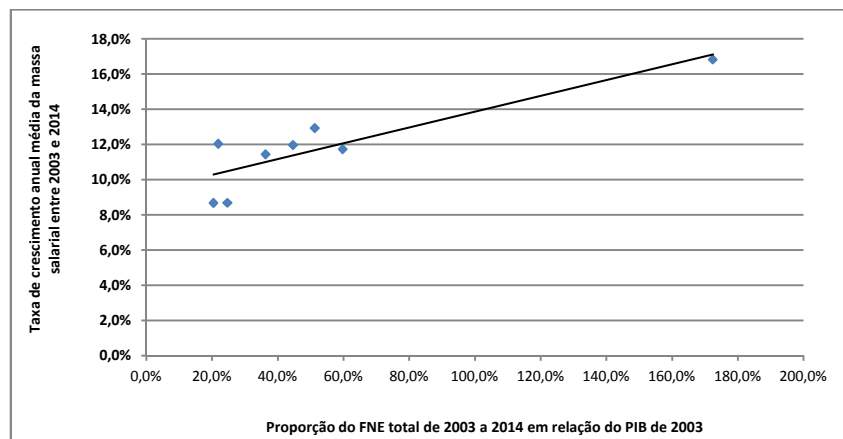


Gráfico 20 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE na escala mesorregional da PNDR (2003-2014)

Mapa temático do Estado da Bahia mostrando a distribuição espacial das contratações de mão de obra em relação ao PIB em 2003. O mapa utiliza uma escala de cores para representar diferentes faixas percentuais de contratação.

Legenda:

Classe	(%)	Munic.
(Cor mais clara)	0 - 39,9	(3)
(Cor média)	39,9 - 59,9	(3)
(Cor mais escura)	59,9 - 172,4	(1)

Logotipo do Banco do Nordeste e escala de 100 km.

Varição média anual do número de empregos

Classe	(%)	Munic.
Amarelo Claro	0 - 5,9	(2)
Laranja	5,9 - 8,9	(4)
Marrom Escuro	8,9 - 11,3	(1)

Mapa temático da Bahia mostrando a variação média anual da massa salarial por município em 2007. O mapa utiliza uma escala de cores para representar diferentes faixas de variação percentual. As áreas em tons de marrom escuro representam a maior variação (11,9% a 16,8%), enquanto áreas em tons de laranja claro representam a menor variação (0% a 9,9%). Municípios como Ilhéus, Itapicuru, Chapada das Brejeiras e Chapada das Mangabeiras estão destacados em marrom escuro. Outros municípios como Ilheusópolis e Vale do Jequitinhonha e Mucuri estão em tons de laranja. O mapa inclui uma escala de 0 a 100 km, uma seta norte e coordenadas geográficas.

Classe	(%)	Munic.
0 - 9,9	(1)	
9,9 - 11,9	(2)	
11,9 - 16,8	(4)	

88

No que tange às tipologias da PNDR, chama atenção à correlação negativa entre a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e a taxa de crescimento anual média do PIB per capita (-0.3206). Vale ressaltar que, dentre todas as correlações construídas, esta foi a única a apresentar sinal negativo (Gráfico 21).

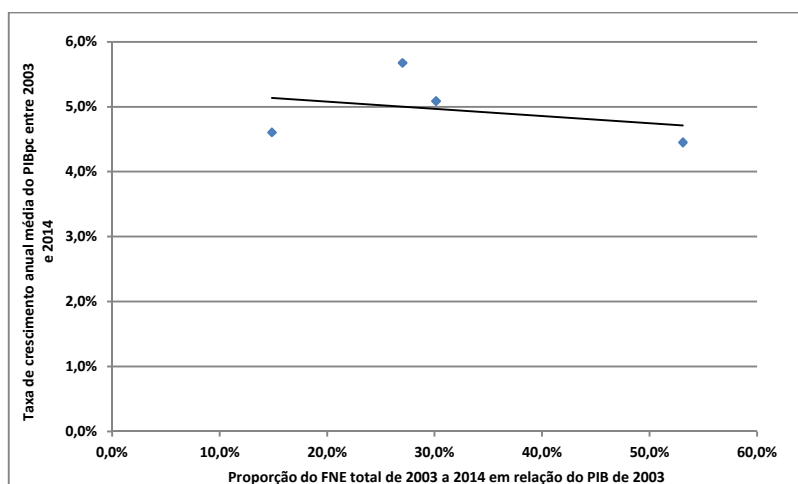


Gráfico 21 – Crescimento econômico X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014)

As outras variáveis estudadas apresentam correlações positivas em relação à proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003. A correlação entre a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e a taxa de crescimento anual média do emprego (0,3959) e a proporção do FNE total de 2003 a 2014 em relação ao PIB de 2003 e a taxa de crescimento anual média da massa salarial (0,8051) foram positivas (Gráficos 22 e 23).

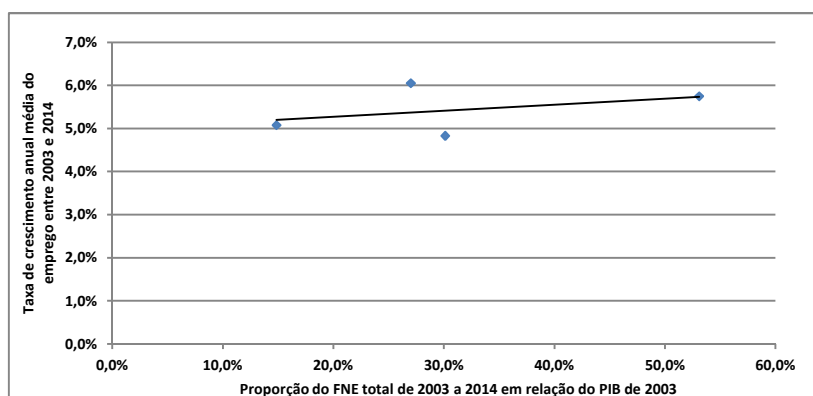


Gráfico 22 – Crescimento do emprego X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014)

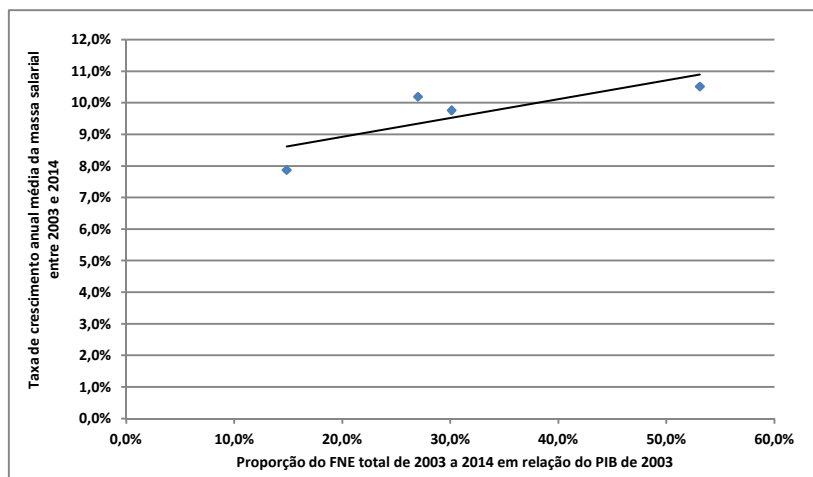


Gráfico 23 – Crescimento da massa salarial X contratações do FNE por tipologia da PNDR (2003-2014)

7.2.4 Considerações finais e recomendações

Pelo exposto nos tópicos anteriores, ficou demonstrada a existência de correlação entre as taxas de crescimento média anual do PIB *per capita*, do emprego e da massa salarial e a proporção do FNE em relação ao PIB. Vale destacar que quase todas as correlações encontradas foram positivas, indicando que maiores volumes de contratações possuem relação positiva com taxas de crescimento do PIB *per capita*, do emprego, do salário médio e da massa salarial no recorte municipal. Nos demais recortes não foram estimadas as correlações para o salário médio, uma vez que esse mostrou muito baixa correlação com o FNE.

A exceção à correlação positiva foi identificada apenas para a taxa de crescimento do PIB *per capita* por tipologia da PNDR, a qual apresentou correlação negativa.

Como já esperado, a existência de uma relação de causalidade entre os volumes de recursos do FNE não pôde ser comprovada de forma definitiva a partir das correlações identificadas neste exercício. Para tanto, uma segunda etapa será necessária na qual serão aplicadas técnicas econométricas mais apropriadas para mensuração do impacto do FNE sobre as variáveis de crescimento econômico e emprego.

Recomenda-se, ainda, uma análise mais aprofundada para identificar as possíveis causas da correlação negativa entre o FNE e a taxa de crescimento do PIB *per capita* segundo a tipologia da PNDR.

7.3 Modelo de previsão do desempenho do Banco do Nordeste na aplicação do FNE: período 2010-2016

O ETENE/BNB construiu um modelo de estimação do desempenho do Banco do Nordeste na aplicação do Fundo Constitucional FNE. O desempenho na aplicação do Fundo é aqui especificado por meio de uma variável *Proxy*, a saber: a razão valores contratados/valores programados de aplicação do FNE. A razão, aqui denominada pela variável y é sempre positiva, ou seja, $y > 0$. Um valor da variável y inferior à unidade implica subalocação (ou subutilização) do FNE, ou seja, o montante contratado é inferior àquele valor estabelecido pela programação do Fundo. Já um valor da variável y igual à unidade significa que a meta de programação para o Fundo foi satisfatoriamente alcançada. Finalmente, um valor da variável y superior à unidade sugere que o Banco conseguiu um valor de contratação superior àquele montante inicialmente alocado pelo instrumento de programação do Fundo.

Vários são os motivos pelos quais o valor da variável y tende a flutuar em torno da unidade, ou seja, que os valores contratados sejam superiores ou inferiores ao valor estabelecido como meta na programação do Fundo. Dentre tais fatores podemos incluir: sazonalidade, ciclo econômico, eficiência na aplicação dos recursos, razoabilidade das metas, além de um grande conjunto de fatores aleatórios e idiossincráticos, tais como eventos de natureza política, climatológica, desastres naturais etc.

Dado que um conjunto relativamente grande de eventos é capaz de explicar, simultaneamente, o sucesso (ou o fracasso) no alcance de metas de programação para o Fundo, uma questão de fundamental importância para os administradores do FNE é conseguir decompor as contribuições dos fatores endógenos e exógenos para o sucesso (ou insucesso) no alcance das metas. Os fatores exógenos influenciam os resultados, mas não estão sob o controle dos administradores. Fatores exógenos incluem sazonalidade, ciclo econômico, desastres naturais, mudanças climatológicas, crises políticas etc. Já fatores endógenos são aqueles em que os administradores exercem algum grau de influência e de discricionariedade. Tais fatores incluem o próprio comportamento estratégico ao estabelecer programas e metas, bem como o grau de esforço (investimentos em recursos humanos e materiais) e o grau de eficiência na aplicação dos recursos. Um desejo óbvio de qualquer administrador é tentar identificar as causas de sucesso (ou fracasso), bem como decompor a contribuição de diferentes fatores que estão sob seu controle (endógenos) e àqueles que lhe são completamente alheios (exógenos).

Como já mencionado, o objetivo do trabalho foi estimar um modelo econométrico que pudesse endereçar o seguinte ponto: nos anos de 2010-2014 o Banco do Nordeste obteve êxito no alcance das metas de programação do FNE. Contudo, no ano de 2015 e no primeiro semestre de 2016 (resultado parcial), as metas

estabelecidas na programação não foram alcançadas (meta parcial no caso de 2016). Por outro lado, neste mesmo período, a economia nordestina, assim como a economia brasileira como um todo, tem enfrentado uma das maiores crises de sua história, isto associado a um longo período de estiagem. Pergunta-se: após controlar para fatores exógenos tais como sazonalidade, ciclo econômico e trajetória crescente dos valores reais de programação, pode-se inferir que parte do insucesso no período seja atribuída a eventual ineficiência do Banco na aplicação dos recursos?

A Figura 13 reporta a trajetória real (linha azul) e a trajetória estimada a partir do modelo de previsão (linha vermelha). As estimativas econométricas obtidas ao longo do presente exercício empírico não fornecem nenhuma evidência que corrobore a hipótese de ineficiência alocativa por parte do Banco, ou seja, após controlar para efeitos de componentes exógenos, o desempenho do Banco no biênio 2015-2016 não é estatisticamente diferente daquele observado no período 2010-2014, onde as metas foram alcançadas.

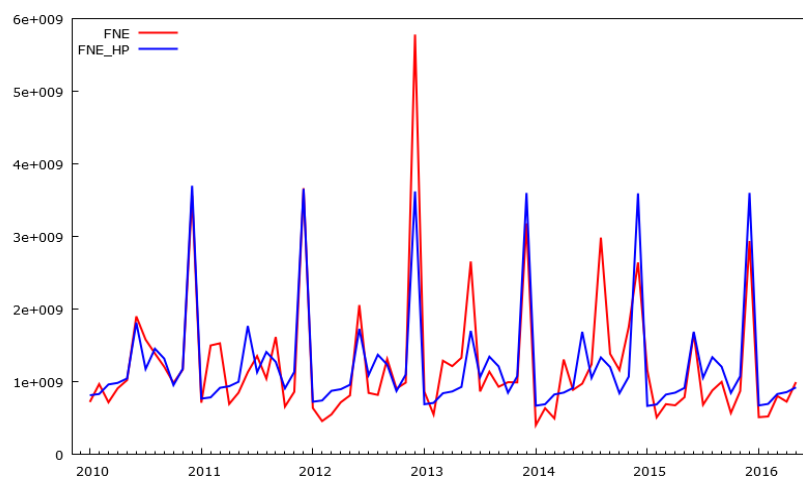


Figura 13 – Ajuste e adequação do modelo de previsão.

Em suma, a totalidade dos desvios em torno da meta pode ser atribuída, em grande medida, a fatores exógenos ao Banco. Em nosso modelo de previsão, a meta acumulada de aplicação do FNE, por motivos exógenos (crise e ciclos), não teria sido alcançada no ano de 2015, como de fato o foi. Adicionalmente, o alcance da meta para o ano de 2016 só seria possível a partir de uma forte reversão do nível de atividade econômica da Região Nordeste. Persistindo o cenário recessivo, o Banco do Nordeste tenderia a alcançar máximo de 85% da meta estabelecida para o exercício 2016: com os dados consolidados para o exercício, observou-se que o FNE atingiu aproximadamente 80% da previsão inicial.

7.4 O Impacto do FNE sobre o crescimento econômico da Região Nordeste: uma análise empírica com dados de painel (resultados preliminares)

O ETENE tem desenvolvido uma pesquisa acerca dos impactos da aplicação do FNE sobre as taxas de crescimento dos principais estados da Região Nordeste, mais especificamente, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Tais estados foram selecionados por questões relativas à disponibilidade de dados mensais sobre nível de atividade econômica local – o IBCR, índice de atividade econômica regional, do Banco Central do Brasil.

Foram coletados dados mensais de aplicação de FNE e IBCR para cada um dos três estados, para o período de janeiro de 2006 e novembro de 2016, obtendo, assim, um painel balanceado de dados. Todos os valores monetários de aplicações do FNE foram deflacionados, tomando como base o período de dezembro de 2016. Dado o objetivo de buscar uma relação tendencial não espúria de longo prazo entre tais variáveis, buscou-se (i) eliminar os componentes cíclicos de ambas as séries por meio de suavização pelo método de filtro de Hodrick-Prescott; (ii) afastar o problema de regressão espúria por meio de especificação das variáveis em primeiras diferenças dos logaritmos das variáveis (ambas estacionárias de primeira ordem).

O ETENE tem utilizado várias especificações para o teste empírico, que tem a seguinte especificação básica e geral:

$$\Delta \ln(\text{IBCR})_{it} = f[\Delta \ln(\text{FNE})_{it}; Z_{it}; \mu_i; \theta_t; \varepsilon_{it}]$$

Onde Δ é termo para representar primeiras diferenças, $\ln$ é o logaritmo da variável, o subscrito i é utilizado para especificar o Estado, o subscrito t é utilizado para denominar o tempo, Z é um vetor com outras variáveis explicativas; μ_i é o efeito fixo para Estado; θ_t é o efeito tempo e ε_{it} é um componente de erro aleatório.

Um ponto importante a ser destacado é que não temos nenhuma motivação para acreditarmos que as aplicações de FNE expliquem a taxa de crescimento das economias locais e o contrário também não seja verdadeiro. Na realidade, temos fortes indícios de endogeneidade entre estas duas variáveis, ou seja, elas se explicam de forma simultânea. Neste sentido, para evitarmos estimativas enviesadas do efeito FNE sobre crescimento, endereçamos o problema por meio de modelos de painel com variáveis instrumentais e painéis dinâmicos com estimadores GMM do tipo Arellano-Bond.

Em termos de resultados, encontramos sempre coeficientes positivos, significativos e muito similares para as diferentes especificações:

Modelo Pooled OLS sem Variáveis Instrumentais $\beta = 0,028$

Modelo Painel Efeitos Fixos sem Variáveis Instrumentais $\beta = 0,028$

Modelo Paineis Efeitos Fixos com Variáveis Instrumentais $\beta = 0,026$

Modelo Paineis Dinâmico GMM Arellano-Bond $\beta = 0,024$

Todas as estimativas do coeficiente β são estatisticamente significativas com p-valor inferior a 0,001. Portanto, pode-se concluir, a partir de nossos resultados preliminares, que as aplicações do FNE de fato exercem efeito positivo para a determinação das taxas de crescimento econômico da Região.

8. PERFIL DA CARTEIRA

8.1 Composição da carteira

Relativamente à composição da carteira de financiamentos do FNE, seu saldo total é da ordem de R\$ 49,8 bilhões, em 31/12/2016. Deste montante, 43,6% estão financiando empresas de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes. Os empreendimentos de grande porte absorveram 41,6% da carteira de financiamentos do Fundo (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Saldos de aplicações por unidade federativa, do empreendimento e porte de tomadores⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2016

Valores em R\$ mil							
Estado	Cooper/ Assoc.	Mini e Micro	Pequeno	Pequeno- Médio	Médio	Grande	Total
Alagoas	29.076	460.978	236.180	92.660	303.567	957.254	2.079.715
Bahia	44.806	2.270.652	1.737.442	616.306	1.839.086	3.999.787	10.508.079
Ceará	7.100	1.976.794	1.260.929	317.441	1.082.679	3.370.245	8.015.188
Espírito Santo	0	89.443	138.057	65.376	94.451	343.108	730.435
Maranhão	9.672	1.373.395	1.051.379	451.157	691.256	2.430.661	6.007.520
Minas Gerais	10.347	886.080	585.561	168.938	253.838	905.877	2.810.641
Paraíba	9.984	707.960	341.203	131.630	456.575	990.672	2.638.024
Pernambuco	10.883	1.434.839	766.309	225.669	915.330	4.418.065	7.771.095
Piauí	42.166	1.110.590	568.960	435.178	405.200	1.330.240	3.892.334
Rio Grande do Norte	21.713	665.194	427.432	171.117	680.997	1.267.280	3.233.733
Sergipe	1.809	469.476	370.804	88.546	459.117	719.772	2.109.524
Total	187.556	11.445.401	7.484.256	2.764.018	7.182.096	20.732.961	49.796.288

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Referido volume de recursos (R\$ 49,8 bilhões) contempla os nove estados da Região Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo. O Estado da Bahia detém a maior fatia do saldo de aplicações (21,1%), seguido dos estados do Ceará e Pernambuco, com participação em torno de 16,1% e 15,6%, respectivamente.

A distribuição do volume de recursos da carteira de financiamentos do FNE pelos diversos setores da economia se dá de forma que, até 31/12/2016, em média, o Setor Rural absorveu cerca de 39,7% do total, seguido pelos setores Industrial/Turismo (27,5%) e Comércio e Serviços (21,1%), conforme Tabela 38.

Tabela 38 – FNE – Saldos de aplicações por Setor ⁽¹⁾
Posição: 31.12.2016

Setor	Saldoaplicações	Valores em R\$ mil
		Aplicações (%) ⁽²⁾
Rural	19.773.642	39,7
Agroindustrial	1.065.115	2,1
Industrial/Turismo	13.667.239	27,5
Infraestrutura	4.641.437	9,3
Comércio e Serviços	10.525.977	21,1
Financ. à Exportação	122.878	0,3
Total	49.796.288	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações.

No que concerne à distribuição dos recursos do Pronaf (FNE) pelas 11 unidades federativas da área de abrangência do Banco, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco absorveram juntos quase metade do volume total (49,7%) (Tabela 39).

Tabela 39 – Aplicações Pronaf por unidade federativa da agência
Posição: 31.12.2016

Estado	Valores em R\$ mil
	Total
Alagoas	333.051
Bahia	1.618.253
Ceará	1.276.714
Espírito Santo	56.456
Maranhão	859.924
Minas Gerais	617.717
Paraíba	539.762
Pernambuco	1.114.345
Piauí	897.374
Rio Grande do Norte	487.230
Sergipe	263.918
Total	8.064.744

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto Pronaf, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais.

Quanto ao porte dos tomadores do crédito do FNE, no âmbito do Pronaf, praticamente 100% dos recursos históricos alcançaram os mini e micro agricultores familiares pertencentes ao Grupo B, na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 40).

Tabela 40 – Pronaf – FNE – Saldos de aplicações por porte de tomadores⁽¹⁾ –
Posição: 31.12.2016

Valores em R\$ mil	
Porte	Saldo
Cooperativas/Associações	3
Mini/Micro	8.064.336
Pequeno	382
PequenoMédio	-
Médio	23
Grande	-
Total	8.064.744

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Quanto à natureza do risco no processo de concessão do crédito, no âmbito do FNE, conforme pode ser observado na Tabela 41, 82,1% do montante financiado é do tipo compartilhado (FNE e BNB).

Tabela 41 – FNE – Saldos das aplicações por risco de crédito⁽¹⁾
Posição: 31.12.2016

Valores em R\$ mil		
Risco	Aplicações	(%)
Integral BNB	883.263	1,8
Exclusivo FNE	8.001.728	16,1
Compartilhado FNE / BNB	40.911.297	82,1
Total	49.796.288	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

8.2 Índices de inadimplência

A Tabela 42 mostra o índice de inadimplência em cada unidade da federação. Merece atenção o índice do Ceará, que se apresenta em 6,6%.

Tabela 42 – FNE – Saldos de aplicações e inadimplência por unidade da federação
– Posição: 31/12/2016

Estado	Valores em mil		
	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
AL	2.079.715	72.281	3,5
BA	10.508.079	301.075	2,9
CE	8.015.188	526.726	6,6
ES	730.435	25.156	3,4
MA	6.007.520	201.660	3,4
MG	2.810.641	110.480	3,9
PB	2.638.024	65.759	2,5
PE	7.771.095	270.272	3,5
PI	3.892.334	129.415	3,3
RN	3.233.733	102.173	3,2
SE	2.109.524	82.193	3,9
Total	49.796.288	1.887.190	3,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Analisando-se o comportamento da inadimplência pelos setores da economia, observa-se que o Setor Agroindustrial, para o qual foram destinados apenas 2,1% do volume dos recursos financiados (Tabela 43), apresenta o maior índice de inadimplência entre os setores: 7,0%.

Tabela 43 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por Setor ⁽¹⁾
Posição: 31.12.2016

Setor	Valores em R\$ mil				
	Saldo aplica- ções	Aplica- ções (%) ⁽²⁾	Saldo em atraso ⁽³⁾	Inadim- plência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do segmento (%) ⁽⁵⁾
Rural	19.773.642	39,7	1.053.507	2,1	5,3
Agroindustrial	1.065.115	2,1	75.030	0,2	7,0
Industrial/Turismo	13.667.239	27,5	217.611	0,4	1,6
Infraestrutura	4.641.437	9,3	127.028	0,3	2,7
Comércio e Serviços	10.525.977	21,1	407.972	0,8	3,9
Financ. à Exportação	122.878	0,3	6.042	0,0	4,9
Total	49.796.288	100,0	1.887.190	3,8	3,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Na posição de 31/12/2016, a inadimplência das aplicações do FNE é de 3,8%, conforme Tabela 44. O segmento de associações e cooperativas, embora detenha o menor volume de aplicações, apenas 0,4%, apresenta o maior índice de inadimplência: 8,9%, e os empreendimentos de grande porte apresentam o menor: 2,2%.

Tabela 44 – FNE – Saldos de aplicações e atraso por porte dos beneficiários ⁽¹⁾ -
Posição: 31.12.2016

Valores em R\$ mil					
Porte	Saldo aplica- ções	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em atraso ⁽³⁾	Inadimplên- cia (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	187.556	0,4	16.644	0,0	8,9
Micro e Mini	11.445.401	23	647.039	1,3	5,7
Pequeno	7.484.256	15	403.412	0,8	5,4
Pequeno-Médio	2.764.018	5,6	83.983	0,2	3,0
Médio	7.182.096	14,4	276.150	0,6	3,8
Grande	20.732.961	41,6	459.962	0,9	2,2
Total	49.796.288	100,0	1.887.190	3,8	3,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

No que concerne ao Pronaf, a inadimplência do saldo de aplicações é de 46,5%, apresentando-se maior no Semiárido (49,1%) do que fora dele (45,2%). No Pronaf B, a taxa de inadimplência é de 6,7%, sendo de 4,6% no Pronaf Mais Alimentos (Tabela 5.A, CD ROM em anexo).

O índice de inadimplência médio do saldo de aplicações do FNE é de 3,8%, sendo 3,5% para os financiamentos cujo risco é compartilhado (BNB/FNE), os quais representam 82,2% do saldo das aplicações (Tabela 45).

Tabela 45 – FNE – Saldos das aplicações e inadimplência por risco ⁽¹⁾
Posição: 31.12.2016

Valores em R\$ mil				
Risco	Aplicações	(%)	Inadimplência	%
Integral BNB	883.263	1,8	19.115	2,2
Exclusivo FNE	8.001.728	16,1	439.101	5,5
Compartilhado FNE / BNB	40.911.297	82,2	1.428.974	3,5
Total	49.796.288	100,0	1.887.190	3,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB, com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

8.3 Composição da conta de provisão

De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. Nesse contexto, a movimentação da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa - consta do quadro da Nota Explicativa nº 6.c. No mesmo quadro, encontra-se a movimentação de operações baixadas para prejuízo.

Conforme pode-se observar, a provisão para perdas em operações de crédito no exercício de 2016 é da ordem de R\$ 951,4 milhões, contra R\$ 784,8 milhões registrados em igual período do exercício anterior. As perdas registradas no exercício de 2016 foram 21,2% superiores às que ocorreram no exercício de 2015.

Em se tratando de operações baixadas para prejuízo, o montante de 2016 foi de R\$ 928,2 milhões, o que representa um incremento de 22,6%, relativamente ao mesmo período do exercício anterior.

8.4 Renegociação de dívidas

Em 2016, o Banco do Nordeste regularizou 27.454 operações de crédito no âmbito do FNE, implicando a recuperação de dívidas no montante de R\$ 400,5 milhões.

Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie de aproximadamente R\$ 54,0 milhões, equivalente a 13,5% do total recuperado (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Recuperação de dívidas⁽¹⁾ – Exercício de 2016

Estado	Quantidade	Valor em espécie	Valores em R\$ mil	
			Valor renegociado	Total recuperado
Alagoas	1.548	1804	6.551	8.355
Bahia	3.563	11.114	61.633	72.747
Ceará	5.899	9.606	84.158	93.764
Espírito Santo	112	137	5.247	5.384
Maranhão	2.589	2.305	24.198	26.503
Minas Gerais	567	873	7.920	8.793
Paraíba	1.692	805	6.315	7.120
Pernambuco	3.820	12.346	23.375	35.721
Piauí	4.257	11.704	110.854	122.558
Rio Grande do Norte	3.111	2.569	12.384	14.953
Sergipe	296	727	3.893	4.620
Total	27.454	53.990	346.528	400.518

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

É inegável o esforço empreendido pelo Banco ao longo dos anos para reduzir os indicadores de inadimplência. Dentro da política de gestão dos créditos em situação de atraso ou prejuízo, destacamos as seguintes ações estratégicas com foco especial nos valores mais expressivos:

- definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, possibilitando o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva, com vistas a preservar a qualidade dos ativos do Banco;
- disseminação e acompanhamento diário dos resultados do Programa de Ação da variável Regularização de Dívidas.
- participação no debate sobre o conteúdo da Medida Provisória de nº 733, que vem sendo tramitada no Congresso Nacional, visando ao enquadramento de um número maior de beneficiários, em relação aos últimos instrumentos vigentes até 2015, a exemplo da Lei nº 12.844.
- sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para esclarecimentos e difusão das condicionantes necessárias à contemplação dos benefícios previstos nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas (Leis e Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN));
- difusão contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento nas disposições dos instrumentos de renegociações de dívidas;
- realização de mutirões nas agências para realização das atividades relacionadas aos cálculos das dívidas e registros nos sistemas operacionais de controle;
- monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, com ênfase na Resolução do Condel nº 55/2012 e nas Resoluções do CMN nºs 4.314 e 4.315 de 2014;

- realização periódica de Reuniões de Trabalho e de conferências com os funcionários das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), Superintendências Estaduais e Ambiente, visando analisar o desempenho de cada Unidade com o direcionamento de ações para melhoria dos resultados, envolvendo as Centrais de Crédito, Centrais Regionais de Controle Interno e Ambiente de Contencioso Jurídico.
- constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- constante revisão dos Instrumentos Normativos internos, visando a melhores condições de enquadramento para regularização de dívidas;
- realização de estudo dos roteiros e ferramentas utilizados na verificação de conformidade das propostas de renegociação de dívidas, com o objetivo de promover a elevação dos níveis de conformidade deste produto;
- obrigatoriedade de confirmação da verificação de autoconformidade das propostas de renegociação ou liquidação de dívidas com redução de valor, quando do cadastramento das operações no SIAC. Atualmente existem três demandas em fase de implementação pelo Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e Ambiente de Sistemas de informação;
- monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- aprovação da política de supervisão do Processo de Instrução e Processamento da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ), com a definição das ações dos diversos níveis de supervisão, cujo Projeto já se encontra em sua fase final de definições e modelagem por parte do Ambiente de Sistemas de Informação, tendo sua implementação já priorizada;
- elaboração/atualização permanente de plano de resultados de renegociação de dívidas, onde ocorre o monitoramento das Propostas de Renegociação de Dívidas (PRD) em tramitação, em articulação com os diversos agentes envolvidos no processo, com o objetivo de promover celeridade à formalização das propostas de renegociação;
- redefinições pontuais da Campanha de Recuperação de Crédito – Dívidas Rurais, em parceria com a Superintendência de Marketing e Comunicação, que vem viabilizando o contato através do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão com os clientes responsáveis por operações inadimplentes;
- dentro do Programa de Educação Corporativa, foi finalizado o curso *Master of Business Administration* (MBA) em Gestão de Crédito e Reestruturação de Ativos, em parceria com o Instituto Pesquisa em Administração (Inepad), na modalidade a distância, objetivando a atualização e qualificação teórica/prática

do corpo funcional, transformando as atuais políticas de recuperação de crédito em ações de cobranças mais efetivas.

- a. Operações renegociadas, com base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27/09/1989

Conforme preconiza o artigo 15-D, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentado pela Resolução do Condel nº 55/2012, de 13/07/2012, apresentam-se as informações das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação, com base no valor presente dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e coobrigados, durante o exercício de 2016, em conformidade com as práticas e regulamentações do BNB (Tabela 47).

Tabela 47 – FNE – Liquidações pelo equivalente financeiro em 2016 – Resolução 55/2012 do Condel – Posição 31/12/2016

Valores em R\$ mil			
Qt. de operações	Qt. de clientes	Vr. cliente	Vr. Total regularizado
6	4	2.992,95	8.697,00

Fonte: BNB –Ambiente de Recuperação de Crédito.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores inadimplidos e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor atual do patrimônio passível de penhora dos mutuários e respectivos garantidores.

- b. Operações Liquidadas/Renegociadas com Base nas Medidas Legais de Regularização de Dívidas (Resoluções CMN nº 4.314; 4.315; 4.519 e 4.522)

As medidas governamentais de regularização de dívidas rurais representadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional de 4.314, 4.315, 4.519 e 4.522, permitiram a regularização de 221 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 263,2 milhões (Tabela 48).

Tabela 48 – FNE – Regularizações de operações realizadas em 2016, com base nas Resoluções CMN nº 4.314, 4.315, 4.519 e 4.522 – Posição 31/12/2016

Valores em R\$ mil			
Instrumentos legais	Qtde operações	Qtde clientes	Valor regularizado
Res.4.314	14	11	93.051
Res.4.315	62	40	8.252
Res.4.519	115	68	158.344
Res.4.522	30	28	3.506
Total	221	147	263.153

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

De um modo geral, as medidas legais se constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo para que as unidades operadoras busquem o enquadramento do maior número possível de operações, com vistas à melhoria contínua dos resultados corporativos.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

Em anexo são apresentadas as seguintes demonstrações:

9.1 Balanço patrimonial do Fundo

9.2 Demonstração do resultado

9.3 Demonstração do fluxo de caixa

9.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

10. SITUAÇÃO DA DEMANDA DE CRÉDITO

10.1 Propostas em carteira por setor e programa

As propostas em carteira, ao final do exercício de 2016, totalizaram R\$ 1,76 bilhão, distribuídas entre os setores e os programas, conforme a Tabela 49. Este valor representa um aumento nominal de 26,6% em relação ao valor das propostas em carteira ao final do exercício de 2015, resultado que pode ser explicado pela melhoria nas expectativas econômicas iniciadas ao longo do terceiro semestre de 2016.

Tabela 49 – FNE – Propostas em carteira por setor e programa – Exercício 2016
Valores em R\$ mil

Setores e Programas	Valor das propostas em carteira (2)	%
RURAL	206.553	11,7
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	152.721	8,7
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	5.469	0,3
PRONAF - Grupo A - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	2.656	0,2
PRONAF - Demais Grupos - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	35.770	2,0
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	5.745	0,3
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	4.192	0,2
AGROINDUSTRIAL	49.953	2,8
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	49.771	2,8
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	182	-
INDUSTRIAL	180.516	10,3
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	170.288	9,7
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	130	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	0	-
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	10.098	0,6
TURISMO	45.284	2,6
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	43.467	2,5
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	1.817	0,1

INFRAESTRUTURA	705.730	40,0
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	364.697	20,7
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	341.033	19,3
COMÉRCIO E SERVIÇOS	574.507	32,6
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	520.344	29,5
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3.038	0,2
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	0	-
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	51.125	2,9
Total	1.762.543	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

10.2 Propostas em carteira por situação

No recorte estadual, a Bahia é o estado que apresenta o maior volume de propostas em carteira, R\$ 740,2 milhões, seguida dos estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão, com respectivamente, R\$ 502,9 milhões, R\$ 177,2 milhões e R\$ 110,2 milhões de propostas em carteira (Tabela 50).

No que tange à situação das propostas, pode-se dizer que a maior quantidade concentra-se na fase de contratação, totalizando créditos da ordem de R\$ 183,1 milhões distribuídos em 5.368 propostas (Tabela 50).

Quanto ao volume de recursos por situação, observa-se que a maior concentração de valor, R\$ 1,5 bilhão, está na fase de análise (Tabela 50). Espera-se que esse volume seja contratado ao longo do exercício de 2017, contribuindo para o desempenho operacional do Fundo.

Tabela 50 – FNE – Propostas em carteira por situação
Exercício de 2016

Valores em R\$ mil

UF	Aprovadas a contratar		Situação		Em processo de decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
AL	259	28.029	75	35.425	12	772	346	64.226
BA	1.605	56.143	398	670.317	98	13.754	2.101	740.214
CE	616	21.821	297	150.745	63	4.609	976	177.175
ES	6	648	10	1.315	2	2.490	18	4.453
MA	675	16.737	253	82.351	37	11.076	965	110.164
MG	671	7.648	190	12.187	19	1.259	880	21.094
PB	360	6.293	101	57.622	48	780	509	64.695
PE	599	25.635	241	429.774	52	47.510	892	502.919
PI	337	8.437	172	11.830	39	4.777	548	25.044
RN	153	7.790	83	20.871	23	487	259	29.148
SE	87	3.921	34	19.482	2	8	123	23.411
Total	5.368	183.102	1.854	1.491.919	395	87.522	7.617	1.762.543

Fonte: BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

10.3 Propostas em carteira por região

Ao longo do exercício de 2016, 62,% da quantidade de propostas em carteira referem-se a projetos de investimentos na região do Semiárido, num montante de R\$ 922,8 milhões, que representa 52,4% do valor total das propostas e, carteira (Tabela 51).

Do montante das propostas em carteira de projetos na Região Semiárida, 74,8% estão em fase de contratação, 20,7% estão em análise, e 4,5% estão em processo de decisão (Tabela 51).

Na região fora do Semiárido, o volume de propostas chega a R\$ 839,7 milhões, ou seja, 47,6% do valor total das propostas em carteira (Tabela 51).

Desses projetos de investimentos fora do Semiárido, 866 propostas estão em análise, e somam R\$ 647,9 milhões (77,2%). Estão aprovadas e a contratar, nessa região climática, 1.802 propostas, no montante de R\$ 110,4 milhões (13,1%) e 179 propostas estão em processo de decisão, o equivalente a R\$ 81,5 milhões (9,7%) (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Propostas em carteira por região e situação
Exercício de 2016

Região	Valores em R\$ mil							
	Aprovadas a contratar		Situação		Em processo de decisão		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Semiárido	3.566	72.752	988	844.027	216	6.048	4.770	922.827
Fora do Semiárido	1.802	110.350	866	647.892	179	81.474	2.847	839.716
Total	5.368	183.102	1.854	1.491.919	395	87.522	7.617	1.762.543

Fonte: BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

11. AUDITORIA INDEPENDENTE CONFORME LEI 7.827/89, ART. 20, §§ 4º E 5º

O Parecer da Auditoria Independente está apresentado em anexo.

ANEXOS